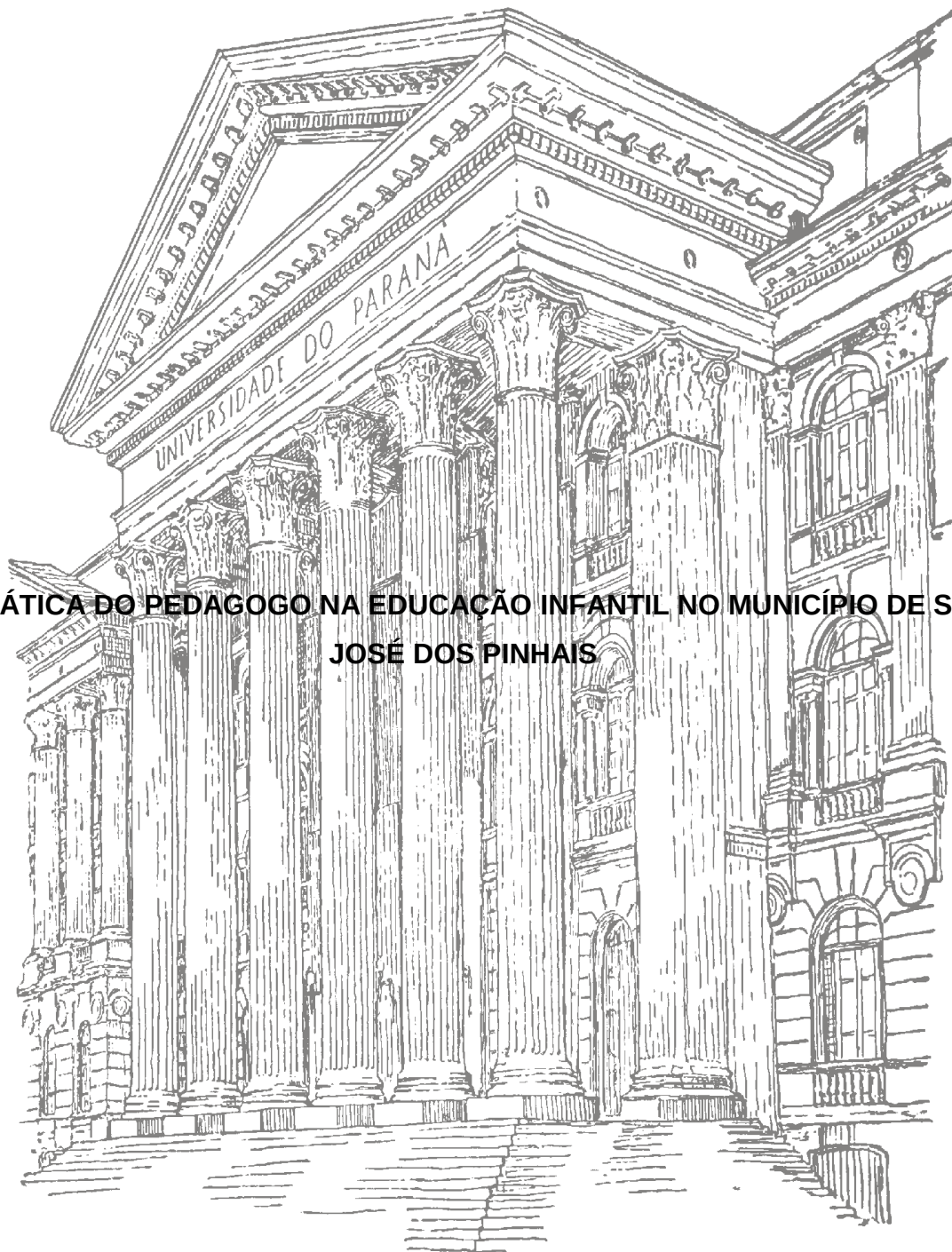


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PAULA GIOVANA MELNIK PEREIRA

**A PRÁTICA DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE SÃO
JOSÉ DOS PINHAIS**



CURITIBA

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PAULA GIOVANA MELNIK PEREIRA

**A PRÁTICA DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE SÃO
JOSE DOS PINHAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a comissão de Graduação como requisito parcial obrigatório para a aprovação no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná-UFPR.

Orientação: Prof. Dr. Ricardo Antunes de Sá

CURITIBA

2017

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as crianças, as quais tive o privilégio em encontrar durante minha caminhada profissional e acadêmica. Seus ensinamentos me fizeram compreender e sentir a grandiosidade de vida existente em cada uma delas.

AGRADECIMENTOS

A Gratidão é quando a alma diz, obrigado!

À Deus meu refúgio, fortaleza e confiança. A seus anjos por me guardarem em todos os meus caminhos.

Porque tu, ó senhor, és o meu refúgio! O altíssimo é a tua habitação. Nenhum mal te sucederá nem praga alguma chegará a tua tenda. Porque aos seus anjos dará ordem a teu respeito, para te guardarem em todos os teus caminhos. Eles te sustentarão nas suas mãos, para que não tropeces com teu pé em pedra. (Salmo 91)

Aos meus pais, Genoveva e Paulo pela amizade, confiança e amor que nos une!

Ao Professor Dr. Ricardo Antunes de Sá, pela paciência, compreensão, dedicação em me orientar para este trabalho, pelos conhecimentos enriquecedores que obtive desde as disciplinas realizadas no currículo da graduação, minha gratidão!

A minha colega e amiga Cynthia, que esteve presente em um dos momentos mais difíceis de minha jornada acadêmica, me auxiliando e incentivando a não desistir, meu muito obrigada!

A minha madrinha Simone, que tenho como sinal de força e perseverança, meu muito obrigada!

A todas as pessoas que não citei, mas que me ajudaram de alguma maneira através de uma simples palavra amiga um abraço e um sorriso de confiança!

A todas as pessoas amadas que não estão mais presentes no mundo físico, mas estão comigo dentro do coração me auxiliando através de intuições, em especial minha Avó Dina e meu Avô Pedro, gratidão eterna!

“A morte é mais forte do que a vida. Mas o amor é mais forte do que a morte.” (Khalil Gibran).

“Cada segundo que vivemos é um momento novo e único do universo, um momento que nunca acontecerá de novo. E o que ensinamos a nossas crianças? Ensinamos que dois mais dois são quatro, e que Paris é a capital da França. Quando ensinaremos a elas, também, o que são? Devemos dizer a cada criança: sabe o que você é? Você é uma maravilha. É única. Em todos os anos que se passaram, nunca houve uma criança como você. Suas pernas, seus braços, seus inteligentes dedos, o jeito como você se movimenta. Pode ser que você se torne um Shakespeare, um Michelangelo ou um Beethoven. Você tem capacidade para tudo. Sim, você é uma maravilha. E, quando crescer, poderá fazer mal a outro que seja como você, uma maravilha? Você deve trabalhar, todos devemos trabalhar, para fazer que o mundo seja digno de suas crianças”. (Pablo Casals).

RESUMO

Esta pesquisa buscou investigar a prática do pedagogo na Educação Infantil no Município de São José dos Pinhais. Teve como objetivos específicos: a) realizar revisão de literatura sobre o papel do pedagogo na educação infantil; b) realizar revisão de literatura sobre as características da educação infantil; c) realizar entrevistas com pedagogos que atuam nos CMEIs (Centros Municipais de Educação Infantil) do município de São José dos Pinhais. Os autores principais utilizados nas revisões dos capítulos do presente trabalho foram: Brandão (1991); Pimenta (1995); Platão (1999); Libâneo (2006); Saviani (2008); Sá (2011). A pesquisa proposta apresenta caráter qualitativo, baseado na teoria de Ferreira (1986), e por meio da mesma se obteve respostas ao questionário formulado. Os resultados encontrados apontaram que a prática do pedagogo se revela na elaboração e acompanhamento do PPP (Projeto Político Pedagógico) no atendimento e capacitação nas permanências dos professores e na relação constante com as famílias; que resulta numa melhor aprendizagem das crianças. Por outro lado as questões burocráticas, a falta de investimento na manutenção de uma equipe colaborativa e a falta de uma formação profissional para os coordenadores pedagógicos são grandes enfrentamentos da atuação do pedagogo.

Palavras-chave: Prática do pedagogo. Educação infantil. Pesquisa. Entrevistas. Prática pedagógica.

ABSTRACT

This research aimed to investigate: The Pedagogical Practice in Early Childhood Education in the Municipality of São José dos Pinhais, and had specific objectives: to carry out literature review on the role of the pedagogue in early childhood education, literature review on the characteristics of early childhood education and interviews with pedagogues that work at CMEI. The main authors used in the revisions of the chapters of the present work were Brandão (1991); Pimenta (1995); Plato (1999); Libâneo (2006); Saviani (2008); Sá (2011). The proposed research presents a qualitative character, based on the theory of Ferreira (1986), and by means of the same one obtains answers to the formulated questionnaire. The results found were of comparison and systematic reflection the daily activities of the pedagogues interviewed, bringing, in this way, clarity on pedagogical practice.

Keywords: Practice of the pedagogue. Child education. Search. Interviews. Pedagogical practice.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Justificativa.....	9
1.2 Objetivos	10
1.3 Pesquisa na área da educação	10
2. A cientificidade da pedagogia e o papel do pedagogo	12
2.1 Sobre a Pedagogia.....	12
2.2 Sobre a Educação: campo de estudo da Pedagogia	14
2.3 Sobre o Pedagogo	19
2.4 Sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia	23
3. A Educação Infantil, o Sentimento de Infância e o Pedagogo	24
3.1 Sobre a Educação Infantil: histórico e sentimento de infância	24
3.2 Legislação brasileira e a Educação Infantil	27
3.3 Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil	29
3.4 Sobre o Pedagogo e suas atribuições.....	33
4. A PESQUISA DE CAMPO NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS)	35
4.1 Analisando as entrevistas das pedagogas dos CMEIs.....	36
4.1.1 Pedagogo e as famílias	36
4.1.2 Organização do trabalho pedagógico.....	39
4.1.3 Avaliação do trabalho pedagógico	40
4.1.4 Desafios profissionais.....	40
4.1.5 PPP: participação	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS.....	43

A PRÁTICA DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

1 INTRODUÇÃO

1.1 JUSTIFICATIVA

A definição do tema “ A Prática do Pedagogo na Educação Infantil ” surgiu a partir de minhas observações e análises durante o estágio obrigatório na docência da educação infantil.

Ao longo dos estudos teóricos feitos na disciplina específica e ao longo do curso de Pedagogia, percebi que a educação infantil é um espaço complexo e no qual o pedagogo pode desempenhar um papel fundamental no processo de formação e socialização das futuras gerações, a criança pequena é curiosa, ativa tem energia o tempo todo, faz tudo com intensidade, da uma cambalhota como se daquilo dependesse a sua vida.

A educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral das crianças na faixa etária de zero a cinco anos, é neste ambiente de aprendizagem que as crianças vão socializar-se e ganhar autonomia. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96 (LDB) define a passagem das creches e pré-escolas para o sistema educacional. O Ministério da Educação (MEC) determinou que, a partir de janeiro de 1999, todas as creches do país deveriam estar credenciadas nos sistemas educacionais.

Conforme a LDB, ainda cabe aos sistemas municipais a responsabilidade total por esse atendimento. A Constituição da República diz que “A educação é direito de todos e dever do Estado”. A emenda constitucional nº 14/96 alterou dispositivos relativos à educação e estabeleceu que a educação infantil seja atribuição prioritária dos municípios.

Desde a promulgação da LDB, muitos documentos foram lançados com o intuito de orientar o trabalho na educação infantil. Em 1998, o Referencial Curricular Nacional (RCN) da Educação Infantil propõem critérios curriculares para o desenvolvimento da criança em creche e pré-escola. Esse documento buscava a uniformização da qualidade do atendimento, desta faixa-etária.

Desde a promulgação da LDB, muitos documentos foram lançados com o intuito de orientar o trabalho na educação infantil. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) indicavam as capacidades a serem desenvolvidas pelas crianças: de ordem física, cognitiva, ética, estética, afetiva, de relação interpessoal, de inserção social e forneciam os campos de ação. Nestes campos são especificados o conhecimento de si e do outro, o brincar, o movimento, a língua oral e escrita, a matemática, as artes visuais, a música e o conhecimento do mundo favorecendo o desenvolvimento integral do cidadão.

O grande desafio do pedagogo que atua nas instituições de educação infantil é diagnosticar prioridades pedagógicas e estabelecer ações que efetivem o processo de construção do desenvolvimento das crianças.

Pretendo investigar a prática de pedagogos de centros municipais de educação infantil (CMEIs) de São José dos Pinhais, realizando preliminarmente uma revisão de literatura sobre a temática.

Na sequência fui a campo e entrevistar pedagogos/as que atuam nos CMEIs do já citado município, com vistas a caracterizar, analisar e compreender a prática do/a pedagogo/a na educação infantil.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Caracterizar, analisar e compreender a prática do pedagogo na educação infantil.

1.2.2 Objetivos Específicos

Compreender, interpretar o papel do pedagogo na educação infantil, por meio de revisão de literatura sobre as características da educação infantil. Por meio de entrevistas dos pedagogos/as que atuam em CMEIS da região metropolitana de São José dos Pinhais.

1.3 PESQUISA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

A pesquisa revela a carga de valores, de preferências de interesses e de princípios que orientam o pesquisador na sua investigação. O pesquisador/a deve ser um intelectual inquieto, observador e crítico da realidade investigada. Ou seja, precisa distanciar-se da realidade para absorver de forma coerente o seu conteúdo

A pesquisa aqui proposta tem caráter qualitativo, os dados coletados são predominantemente descritivos, pois encontram-se descrições de pessoas, situações, acontecimentos, incluindo descrições de entrevistas e documentos.

Para Ferreira (1986), o pesquisador deve ser um entrevistador, sendo um observador participante, embora criticada a observação, ela ocupa lugar privilegiado nas abordagens da pesquisa, porém a observação implica planejamento cuidadoso do observador. Sendo assim, o autor define as três atitudes fundamentais do entrevistador: Aceitação, compreensão e sinceridade. O autor entende, por aceitação o respeito pela pessoa e sua expressão durante a entrevista; por compreensão, a necessidade de ver as coisas como o entrevistado as vê, com empatia, com os olhos do outro, e por sinceridade, a necessidade de ser coerente.

A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto, o significado que as pessoas dão às coisas e à vida são focos de atenção especial ao pesquisador, devendo haver tentativa de captar a perspectiva do participante, a maneira como estes encaram as questões que estão enfocadas.

A observação precisa ser controlada e sistemática; isso implica planejamento e preparação cuidadosa por parte do observador que deve fazer registros descritivos, saber separar os detalhes relevantes dos triviais, aprender a fazer anotações organizadas e utilizar métodos rigorosos para validar suas observações. A entrevista também representa um instrumento básico na coleta de dados dentro da pesquisa qualitativa.

A seguir iniciar-se-á o capítulo I, onde se encontrará uma tentativa de contextualização da Pedagogia enquanto Ciência, seu objeto de estudo, bem como o papel do Pedagogo na Educação Infantil e de que forma acontece sua formação inicial.

2. A CIENTIFICIDADE DA PEDAGOGIA E O PAPEL DO PEDAGOGO

2.1 SOBRE A PEDAGOGIA

Em sua etimologia, a palavra Pedagogia tem origem na Grécia, onde *Paidos* significava criança e *Agogé* significava conduzir. Apoia-se em outras áreas do conhecimento, porém sem perder a sua autonomia e especificidade.

A Pedagogia tem sido compreendida como uma ciência que abarca e procura compreender o fenômeno humano chamado: Educação. É a área da ciência humana que procura elaborar um conhecimento sistematizado e crítico sobre os processos de formação (deformação) dos homens implícitos na sociedade humana.

Assim, ela é um campo de formação que produz um saber acadêmico e um campo investigativo sobre o ensino e a educação é uma ciência prática e a ela se dirige.

Diversos autores tem se debruçado em estudos sobre a cientificidade da Pedagogia na atualidade. Dentre eles, Mialaret (1991, p. 9) que afirma que:

A pedagogia é uma reflexão sobre as finalidades da educação é uma análise objetiva de suas condições e de existência e de funcionamento. Ela está em relação direta com a prática educativa que constitui seu campo de reflexão e análise sem, todavia, confundir-se com ela.

Já para Houssaye (et. al. 2002) a Pedagogia não deve ser considerada apenas um campo de estudos, um campo disciplinar, um objeto de práticas, uma qualidade de saber-fazer ou mesmo uma posição ideológica.

Para ele, essa ciência da educação é o resultado da junção da teoria e da prática educativa, passando a considerar o pedagogo como aquele que procura conjuga a teoria e a prática pela própria ação, pressuposto que o faz afirmar: “só será considerado pedagogo aquele que fizer surgir um plus, na e pela articulação teoria-prática a educação” (HOUSSAYE et. al. 2002, p.10).

Para Pimenta “cabe a pedagogia, enquanto ciência da educação conhecer e explicar os diferentes modos como a educação se manifesta enquanto prática social bem como contribuir para a direção de sentido que se quer dar ao humano.” (1995, p.61).

Segundo a autora, a cientificidade da Pedagogia se caracteriza por uma linguagem peculiar, específica, e que está vinculada ao método que elabora o conhecimento, que por sua vez se dá pela mediação da ciência com seu objeto de estudo: a educação. Segundo a autora (PIMENTA, 1996), “a produção do conhecimento pedagógico é síntese do diálogo entre uma teorização da prática educativa com os saberes pedagógicos provenientes do irreduzível pedagógico.”

Saviani (2008), por sua vez, diz que a pedagogia é uma ciência autônoma porque tem sua própria linguagem, tendo consciência de usá-lá segundo um método e fins próprios, construindo, por meio dessa linguagem, um corpo de conhecimentos, uma série de experimentações e de técnicas sem as quais lhe seria impossível qualquer construção de modelos educativos.

Libâneo (2006, p.849) alerta-nos que o “[...] objeto próprio da ciência pedagógica é o estudo e a reflexão sistemática sobre o fenômeno educativo; sobre as práticas educativas em todas as suas dimensões”.

O autor salienta que “[...] o conhecimento pedagógico se define pelo campo empírico que é a realidade educativa [a qual] tem métodos de investigação que permitem a elaboração dessa realidade para a transformação da prática”. (LIBÂNEO, 2007, p. 17).

Já para Sá (2001), a Pedagogia pode ser entendida enquanto produtora de conhecimento científico sobre a realidade educativa adota, para contemplar os requisitos de cientificidade do discurso, procedimentos metodológicos, tais como a : observação, descrição, comparação, análise, comparação, confrontação e sistematização dos dados fenomênicos que são captados no real pedagógico.

Em diálogo com Morin (apud Sá, 2001, p. 69), o autor diz que: “ [...] toda ciência deve se interrogar sobre suas estruturas ideológicas e sobre seu enraizamento sócio-cultural”.

Diante das teses dos autores acima citados, é possível entender a importância dessa Ciência da Educação e a importância de seu estudo nas mais diversas e possíveis vertentes.

2.2 SOBRE A EDUCAÇÃO: CAMPO DE ESTUDO DA PEDAGOGIA

A partir do entendimento da Pedagogia como ciência, a educação é seu objeto de estudo. A palavra educação carrega diversos significados, mas etimologicamente tem origem latina, do verbo *educare* (instruir, fazer, crescer, criar, alimentar).

Segundo Brandão (1991), o termo educação é definido da seguinte forma nos dois dicionários brasileiros mais conhecidos:

Ação e efeito de educar, de desenvolver as faculdades físicas, intelectuais e morais da criança e, em geral, do ser humano; disciplinamento, instrução, ensino. (AULETE, 1881, apud BRANDÃO, 1991, s/p). Ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações jovens para adaptá-las a vida social; trabalho sistematizado, seletivo, orientador, pelo qual nós ajustamos a vida, de acordo com as necessidades ideais e propósitos dominantes; ato ou efeito de educar; aperfeiçoamento integral de todas as faculdades humanas, polidez, cortesia. (HOLLANDA, 1950, apud BRANDÃO, 1991, s/p).

A educação já foi objeto de estudo de diversos autores e teóricos desde os tempos remotos. Na Antiguidade, Platão já dizia que “O homem pode converter-se no

mais divino dos animais, sempre que se o eduque corretamente; converte-se na criatura mais selvagem de todas as criaturas que habitam a terra, em caso de ser mal-educado.” (PLATÃO, 766 a.C., s/p).

A educação surge na Grécia e vai para Roma, ao longo de muitos séculos de história de espartanos, atenienses e romanos. Deles deriva todo o nosso sistema de ensino e, sobre a educação que havia em Atenas, até mesmo as sociedades capitalistas mais tecnologicamente avançadas têm feito poucas inovações. Pólis era a cidade grega de onde começa e acaba a vida do cidadão livre e educado. Essa educação grega é, portanto dupla, e carrega dentro dela a oposição que até hoje a nossa educação não resolveu.

Este saber que busca no homem livre o seu mais pleno desenvolvimento e uma plena participação na vida da polis é o próprio ideal da cultura grega e é o que ali se tinha em mente quando se pensava na educação. De tudo o que pode ser feito e transformado, nada é para o grego uma obra de arte tão perfeita, quanto o homem educado.

Antes de procurar definir o que é educação segundo Platão, se faz necessário que se conceitue o que não é educação para o autor. Assim, educação “não é o que alguns apregoam o que ela é. Dizem eles que arranjam a introduzir ciência numa alma em que ela não existe, como se introduzissem avista em olhos cegos”. (1999, p.51). O papel da educação não é dar a visão, mas orientar os olhos para a direção certa. E aqui é que se coloca justamente o problema: como se haverá de proceder a uma educação integral, de forma mais fácil e completa, que possibilite ao homem olhar para a direção certa e realizar na sua existência aquilo para o que é chamado a ser?

A pedagogia de Platão, juntamente com a sua filosofia assentava-se em sua concepção de ideia. Baseava-se na sua teoria dos dois mundos: o mundo das ideias e mundo-sombra. No mundo das ideias, os homens conheciam todas as coisas na sua verdadeira essência e, ao fazerem parte deste mundo das sombras (mundo sensível), os homens se esqueceram de tudo aquilo que sabiam. No mundo das ideias, encontra-se a verdade, porque ali está o fundamento último e a essência da realidade. O mundo das ideias corresponde ao inteligível (mundo do espírito).

O filósofo pensava que a educação supunha recordação. Educar, nesse sentido, seria recordar. Deixar vir para fora o conhecimento e a verdade já presentes potencialmente dentro. Segundo Patrizia Bonagura, “aqui está a descrição emblemática do ato educativo como um e-ducere, um tirar para fora aquilo de que

está cheia a alma [...] Deve-se saber ler dentro de si mesmo a imagem da verdade que se encontra refletida a alma. Para mostrar aos outros o caminho, Platão, filósofo, demonstrou ser um grande educador precisamente à medida que quis comunicar aos outros a melhor forma possível, que ele mesmo experimentou, de ser pessoa. (PLATÃO, 1999, p. 53).

O que vem a ser então educação? Para o fundador da Academia, educação seria “a arte do desejo do bem”. E, para o discípulo de Sócrates, isto é tão evidente, que, nos livros VI e VII de “A República”, coloca a importância do bem na formação do filósofo, se este quiser continuar sendo amigo da sabedoria. Na ótica de Platão, “a educação e por ela, o homem não somente assume uma condição de abertura ao novo, mas, sobretudo, supera a si mesmo, atualiza suas capacidades e potencialidades (PLATÃO, 1999, p.25).

Para este autor, só o homem é um ser educável que conserva a sua forma de existência por meio da vontade e da razão, criando progressivamente a si próprio pelo conhecimento do mundo exterior e interior. A partir disto surgem os seguintes questionamentos: O que é o homem? Que homem educar? Educar para qual sociedade?

Sua preocupação central ao estudar a educação era a de formar o homem para uma sociedade ideal, com uma educação que caminhasse pela longa via do ser. Segundo Platão o importante era que se aprendesse brincando, pois, nenhuma ciência deve ser aprendida como uma escravatura. Insiste Platão em A República “ Não eduques as crianças no estudo pela violência, mas a brincar, a fim de ficares mais habilitado a descobrir as tendências naturais de cada uma”. (1999, p.43).

O diálogo vivo, tão apregoado por Sócrates e assumido por Platão de modo incondicional, prova, a rigor, que educar implica uma relação de comunhão. Compreende uma relação de subjetividade e intersubjetividade. É no encontro subjetivo e intersubjetivo que mestre e discípulo aprendem juntos, educam-se.

O diálogo vivo rompe com as unilateralidades onde “ alguém” que sabe ensina “ alguém” que não sabe. O diálogo vivo supõe exterioridade, onde se manifesta a vontade de fazer o outro melhor e de ser melhor, mas também manifesta a interioridade, isto é, diálogo interior com a própria alma. No Teeteto, Platão fala do filósofo, quando está exercendo sua atividade que lhe é própria: fica em silêncio, em colóquio íntimo com a própria alma, fica isolado do que está ao seu redor, e coloca o

exemplo de Tales de Mileto, que estava de tal modo absorto, ao contemplar os astros e olhar o céu, que acabou caindo num poço. (Platão, 1999, p;30).

Já para Brandão (1991), a educação é uma prática social cujo fim é o desenvolvimento do que na pessoa humana possa ter aprendido entre os tipos de saber existentes na cultura, na formação dos indivíduos para a formação dos sujeitos com vistas as exigências de sua sociedade.

O autor ressalta que a educação ajuda a pensar tipos de homens, pois ajuda a cria-los por meio do saber que os constitui, a educação é um processo de trocas de ideias e de crenças que constituem os tipos de sociedades. Existe no imaginário das pessoas e na ideologia dos grupos sociais, tem como missão transformar sujeitos e mundos em alguma coisa melhor, porém a mesma educação que ensina pode também deseducar.

A palavra educação sempre teve seu significado associado à ação de conduzir a finalidades sociais. A educação é um fenômeno humano no qual se dá a transmissão e a reprodução dos conhecimentos às novas gerações. Isto garante à sociedade uma espécie de unidade cultural de um povo, a qual é indispensável para proporcionar o desenvolvimento pleno de todo o cidadão.

Nas palavras de Brandão (1991):

A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam-e-aprendem, o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar- às vezes a ocultar, às vezes a incultar- de geração em geração, a necessidade da existência de sua ordem. (BRANDÃO, 1991, s/p).

A educação é um processo de vida, de construção de experimentação; democratiza a cultura, os saberes, rememora as histórias, os mitos e os ritos e projeta sinais da sociedade futura que ela ajuda a edificar, costurando atos e pactos no tecido social.

Brandão afirma que existe a educação de cada categoria de sujeitos de um povo; ela existe em cada povo, ou entre povos que se encontram. Existe entre povos

que submetem e dominam outros povos, usando a educação como um recurso a mais de sua dominância. Da família a comunidade, a educação existe difusa em todos os mundos sociais, entre as incontáveis práticas dos mistérios do aprender; primeiro, sem classes de alunos, sem livros e sem professores especialistas; mais adiante com escolas, salas, professores e métodos pedagógicos.

A educação existe antes do ensino formal centralizado, pois ela ocorre em toda a parte aonde há redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra. Ela existe sob tantas formas e é praticada em situações tão diferentes, que em certos momentos se torna invisível. Um exemplo disso é uma aldeia indígena onde a sabedoria acumulada do grupo social ensina em diferentes situações o saber flui no contexto diário de crianças e adolescentes, não a um único momento destinado ao ensino pois ele acontece constantemente.

Na educação, o homem não somente assume uma condição de abertura ao novo, mas, sobretudo, supera a si mesmo, se transformando. Pelos processos educativos atualizam-se as capacidades e as potencialidades dos sujeitos. A tarefa primeira da educação é a humanização: educar um homem implica em ajudá-lo a tornar-se humano.

Porém não há uma forma única nem um único modelo de educação; A escola não é o único lugar onde ela acontece e, talvez, nem seja o melhor. O ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é seu único praticante. Para Brandão (1991, s/p):

[...] a educação aprende com o homem a continuar o trabalho da vida [...] que transporta de uma espécie para a outra, dentro da história da natureza, e de uma geração e outra de viventes, dentro da história da espécie, os princípios através dos quais a própria vida aprende e ensina a sobreviver e a evoluir em cada tipo de ser.

Pode-se dizer que a educação não se restringe a escola, ela se manifesta e se faz presente nos processos contínuos de interação entre os conhecimentos progressivamente adquiridos pelo educando e os modelos adotados dentro de um sistema de valores. A educação, portanto, não é apenas instruir, não é simplesmente incutir hábitos externos e transformar o homem dando-lhe uma concepção de vida fundamentada na supremacia do espírito e dos valores morais.

Para Morin (2000) uma educação só pode ser viável se for uma educação integral do ser humano, uma educação que se dirige à totalidade aberta do ser

humano e não apenas a um de seus componentes. Nada está acabado, determinado, assim como o conhecimento que pode ser a princípio simples mas com o tempo vai se tornando mais específico, objetivo e acadêmico, moldado ao contexto que se apresenta.

É possível afirmar que a educação não é somente um sistema restrito de escolaridade, mas a conscientização partindo do homem de todo o vasto e complexo processo de evolução que abrange o universo. Esse processo ajuda o homem a desenvolver suas potencialidades e a realizar sua perfectibilidade.

2.3 SOBRE O PEDAGOGO

O pedagogo é o profissional responsável pela articulação e organização do trabalho pedagógico em espaços escolares e não escolares, desta maneira faz-se necessário que compreenda e domine o processo educativo. Vem atuando como intelectual que se responsabiliza pelo planejamento, organização e articulação do processo pedagógico escolar.

Para HOUSSAYE (2004, p.25)

O pedagogo é um intelectual que desenvolve ideias em relação a seus próprios atos [...] Ele tem ideias, e não apenas em saber-fazer, é um teórico da educação, e não só um especialista em ação. Não produz apenas um saber da educação, mas também, nesse movimento, um saber sobre a educação, ou seja, um sistema e um sentido.

Segundo as Diretrizes Nacionais para o curso de pedagogia (2006) “fica estabelecido que a formação do pedagogo deve abranger à docência e também a participação na gestão e avaliação de sistemas e instituições de ensino em geral e a elaboração e execução de atividades educativas.”

Dentro deste contexto e de acordo com a Lei n. 24/2006 pode-se afirmar que são atribuições do pedagogo:

assegurar o cumprimento do regimento escolar de acordo com as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação; acompanhar e apoiar a prática pedagógica desenvolvida na escola, assessorando o professor em seu planejamento, pesquisando e sugerindo atividades diversificadas de acordo com a Proposta Pedagógica e o Currículo Municipal; coordenar reuniões

pedagógicas juntamente com a direção e direção auxiliar e profissionais da unidade de ensino; Acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, organizando a recuperação de estudos sempre que necessário, e/ ou atendimentos individualizados com procedimentos metodológicos adequados, em conjunto com o professor; participar das reuniões e atividades propostas e desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação e outros; encaminhar os alunos para serviços especializados e para outros programas quando necessário; participar da coordenação, elaboração, acompanhamento e execução da proposta pedagógica/ regimento escolar, plano de ação e plano anual de metas; manter bom relacionamento com diretor, profissionais da unidade de ensino, alunos e comunidade; proporcionar encontros com pais sobre diversos temas, manter canal de informações sobre os resultados e necessidades de cada turma com o diretor e diretor auxiliar; verificar se o profissional realiza os registros escolares corretamente e os mantém atualizados; acompanhar a prática pedagógica do professor e o processo de avaliação das diferentes áreas do conhecimento; acompanhar e analisar os resultados atingidos pelas turmas em relação a notas e frequência de alunos; participar das reuniões do Conselho Escolar e APM/APPS bem, como da prestação de contas dos mesmos referente aos recursos da unidade de ensino; participar da entrega dos boletins dos alunos. (Redação dada pela Lei Complementar n. 24, de 14.11.2006).

O papel do pedagogo é de refletir para compreender e conhecer construindo possibilidades de mudanças efetivas ao meio educativo, ou seja, se propor ir além do âmbito pedagógico no sentido de favorecer a dinâmica das relações e articulando a emancipação democrática e participativa ao corpo docente com a equipe pedagógica. Vivenciar a escola, discutir com os professores fazer com que o diálogo das ideias se materialize sustentando a atividade docente para a construção e elaboração de conhecimentos pedagógicos.

Freitas (1985) elabora um Conhecimento Pedagógico consistente, coerente e consequente, a qual permite um olhar analítico, contextual, complexo (científico) em relação à Educação considerada um fenômeno humano multidimensional, com consequência para a construção histórico-cultural da identidade profissional do pedagogo.

De acordo com Sá (1997), embora a atividade do pedagogo no trabalho pedagógico escolar se delimite em uma atuação, não-docente, a base da atividade docente deve estar garantida em sua formação, porque sem o conhecimento da prática docente, do trabalho do professor não há como lhe garantir uma competência teórico/ prática necessária ao assessoramento didático-pedagógico do trabalho do professor.

A formação do pedagogo ao longo dos tempos foi marcada por diferentes concepções que têm influenciado sua prática profissional e a indefinição de sua

identidade científica/ profissional, sendo assim as três dimensões que formam a identidade do pedagogo são: a epistemológica, profissional e a política.

Dimensão epistemológica: Remete a natureza dos profissionais da escola, instituição social necessária a transmissão e a elaboração de um saber, onde o científico deve ter um espaço privilegiado.

Dimensão profissional: Requer um corpo de conhecimentos que identifique toda a categoria profissional e, ao mesmo tempo, corresponda a especificidade de cada profissão.

Dimensão política: Aponta para a necessidade de que os profissionais formados pelas diversas licenciaturas sejam capazes de repensar e recriar a relação teoria-prática, o que só pode se dar se tiverem uma formação que permita uma visão globalizante das relações educação-sociedade e do papel do educador comprometido com a superação das desigualdades existentes.

O pedagogo aprende com a sua prática e refletindo sobre ela sua profissionalidade é como um processo que ocorre de dentro para fora é uma constante construção, que ocorre no ato de seu trabalho. Pode ser caracterizada como sendo um conjunto de comportamentos, conhecimentos, atitudes, saberes, cultura, identidade e valores que constituem a especificidade do seu trabalho.

Em estudos e pesquisas realizadas sobre o papel do pedagogo, Franco, Pimenta e Libâneo (2007), Franco (2008), Libâneo (2008) e Sá (2013) evidenciam a relevância deste profissional no contexto educacional.

Segundo Libâneo (2008 p.127),

Pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da Prática educativa, direta ou indiretamente ligadas a organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa de saberes e modos de ação, tendo em vista, objetivos de formação histórica. Em outras palavras, pedagogo é um profissional que lida com fatos, estruturas, contextos, situações, referentes a prática educativa em suas várias modalidades e manifestações.

Para Pimenta (1985),

A prática na escola é uma prática coletiva - os pedagogos são profissionais necessários na escola: seja nas tarefas de administração (entendida como organização racional do processo de ensino e garantia de perpetuação desse processo no sistema de ensino, de forma a consolidar um projeto pedagógico-político de emancipação das camadas populares), seja nas tarefas que ajudem o (s) professor (es) no ato de ensinar, pelo o (s) conhecimento não apenas dos processos específicos de aprendizagem, mas também da

articulação entre os diversos conteúdos e na busca de um projeto-político coerente. (PIMENTA, 1985, p.34).

Para Sá (1997, p.80) o trabalho do pedagogo “[...] tem por objetivo o planejamento, organização e articulação do trabalho pedagógico escolar numa postura crítica em sincronia com o contexto da sociedade contemporânea.”

As pesquisadoras Fiorina e Ferreira (2013, p. 61-62) ao analisar a formação inicial do pedagogo, concluem que o trabalho do pedagogo é um desafio uma vez que ele é “[...] o profissional que irá coordenar e articular o trabalho na organização escolar, com vistas à produção do conhecimento, aperfeiçoamento e visão crítica do contexto no qual está inserido [...]”.

Em pesquisa realizada por Túlio (2015) o papel do pedagogo constitui-se como mediador, articulador e estudioso, revelando que a pesquisa, as investigações fazem parte de sua atuação profissional. Para a autora:

[...] o pedagogo assume um papel de mediador, porque necessita constantemente mediar o trabalho do professor em relação ao processo de aprendizagem dos estudantes, mediar as relações entre a direção e os professores e mediar as relações entre os pais e/ ou responsáveis e os docentes. A par da questão da mediação, o pedagogo assume também o papel de articular, acompanhar e organizar todo o processo pedagógico escolar (TÚLIO, 2015 p. 159).

O pedagogo deve, então, construir rede de relações que mapeie suas práxis, ter clareza em relação à intencionalidade de seu trabalho, avaliando-o e planejando-o. A Pedagogia como ciência se vincula a outras teorias que a auxiliam em sua prática, favorecendo sua ampla metodologia que se enriquecerá conforme a junção integral e analítica que o profissional exercer diante ao trabalho pedagógico, vivenciando a dialogando com o contexto e usando seus conhecimentos para mobilizar seu trabalho apesar de inúmeros confrontos e afastamentos existentes.

De acordo com Pimenta (1991), é o pedagogo que media, como profissional da educação, o processo pedagógico na organização escolar e o trabalho docente. O papel do pedagogo na escola precisa promover uma educação cidadã, democrática e participativa.

Assim, é possível dizer que o pedagogo como o organizador, planejador e articulador do processo político-pedagógico é uma peça importante e dinamizadora no trabalho coletivo da escola.

2.4 SOBRE AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO DE PEDAGOGIA

Em 15 de maio de 2006, a Resolução n.1/ 2006 – CNE/CP (BRASIL, 2006) institui as Diretrizes Curriculares Nacionais. No seu artigo 2º, item II pode-se observar que o legislador define que a Pedagogia é uma área do conhecimento que estuda o fenômeno educativo, mas que, necessita da contribuição de outros campos do conhecimento como: “[...] filosófico, histórico, antropológico, ambiental-ecológico, psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural” (Brasil, 2006, p.2).

Já em seu Art. 3º a mesma resolução diz que o estudante de Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

Segundo o mesmo documento (BRASIL, 2006), a formação do licenciado em Pedagogia deve abranger:

- I - O conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania.
- II - A pesquisa a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional.
- IX- Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, interativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, políticas e outras;
- XIII- Participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares.

Tendo o aporte legal e teórico até aqui apresentado, a seguir (no capítulo II) colocar-se-á a especificidade do pedagogo na educação infantil, além de sua fundamentação legal e histórica.

3. A EDUCAÇÃO INFANTIL, O SENTIMENTO DE INFÂNCIA E O PEDAGOGO

3.1 SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL: HISTÓRICO E SENTIMENTO DE INFÂNCIA

No final do século XIX, na Europa, a revolução industrial substituiu a produção doméstica pela produção fabril, o que acabou provocando uma reorganização na sociedade e nas famílias. Trouxe a mulher para o mercado de trabalho, dando início à necessidade de criação de entidades que cuidassem das crianças enquanto as mães trabalhavam.

Paschoal e Machado (2009) descrevem o resultado da indústria no surgimento dessas instituições com caráter assistencial:

O nascimento da indústria moderna alterou profundamente a estrutura social vigente, modificando os hábitos e costumes das famílias. As mães operárias que não tinham com quem deixar seus filhos utilizavam o trabalho das conhecidas mães mercenárias, essas ao optarem pelo não trabalho nas fábricas vendiam seus serviços para abrigarem e cuidarem dos filhos de outras mulheres (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p 3).

Ariés (1981) mostra como o conceito de criança tem evoluído por meio dos séculos, oscilando entre uma concepção que vê a criança como um “bibelot” ou “bichinho de estimação”, e, em outra perspectiva, em compreendê-la como um “adulto em miniatura”.

Somente a partir do século XVII na Europa que há registros mais específicos (como o caso de fotos, cartas, diários) de uma separação entre as crianças e o mundo dos adultos.

Já No Brasil, a partir do século XIX, temos um movimento a favor da infância. Intelectuais da época começaram a perceber a infância como uma fase de vida a ser considerado. Desta forma promoveram vários eventos discutindo desde a questão higiênica até as questões educativas legislação e cuidados.

A ideia principal seria a de “preservar a infância”, o que fez com que surgissem vários projetos e propostas tendo como foco principal a criança. O significado social da infância circunscrevia-se na perspectiva de moldá-la de acordo com o projeto que conduziria o Brasil ao seu ideal de nação. Esse ideal era descrito como o de transformar o país numa nação culta, moderna e civilizada.

A infância gerava preocupação para alguns, mas era desconsiderada, pois não havia uma garantia, primeiramente, por lei para que se garantissem saúde, educação, moradia, pois os espaços educativos eram inexistentes.

Segundo i Reis (2002), no Brasil o atendimento educacional às crianças no início da República destinava-se àquelas participantes da burguesia (da nobre elite).

Aqui também a industrialização trouxe a exploração do trabalho das mulheres e das crianças, expandindo o número de instituições de atendimento às crianças pobres. Até então, essas instituições, que já existiam no Brasil Colônia, tinham caráter assistencialista e quase sempre eram destinadas ao atendimento dos órfãos e dos desamparados.

No início da industrialização já se tinha uma oposição entre jardins-de-infância e escolas maternais ou creches, com diferentes abordagens quanto às funções dessas instituições: atendimento educacional para as crianças ricas, filhas da elite brasileira, principalmente, em estabelecimentos públicos e o atendimento assistencialista para as crianças pobres em estabelecimentos públicos e privados. Esses últimos – de cunho assistencialista – geralmente se faziam presente no interior das fábricas.

Assim, as creches e pré-escolas se consolidaram no Brasil de formas distintas: de um lado havia as instituições que realizavam um trabalho “Assistencialista” e outras que realizavam um trabalho “Educativo”. A instituição de caráter assistencialista era voltada para a educação das crianças mais pobres. E as instituições de caráter escolarizante era voltada para as crianças menos pobres.

Essa característica do jardim de infância ter o cunho do assistencialismo se origina nos modelos europeus, como Froebel e Freinet. Para Froebel (1782-1852) a infância, assim como uma planta, deveria ser objeto de cuidado atencioso: receber água, crescer em solo rico em nutrientes e ter luz do sol na medida certa. Ele foi considerado o pai dos jardins de infância, e para ele o brincar e o brinquedo eram elementos essenciais para o desenvolvimento infantil.

Já para Célestin Freinet (2000), as crianças têm necessidade de pão, do pão do corpo e do pão do espírito, mas necessitam ainda mais do seu olhar, de sua voz, do seu pensamento e da sua promessa. Precisam sentir que encontraram, em você e na sua escola, a ressonância de falar com alguém que as escute, de escrever a alguém que as leia ou as compreenda.

Freinet, a partir de sua prática, criou as invariantes pedagógicas, que servem de “norte” àqueles que gostariam de implantar a pedagogia Freinet é um guia para a prática. Sua pedagogia ancora-se em alguns fundamentos, os quais são apresentados como pilares ou princípios dentre esses são considerados os principais: O respeito ao ser humano, o tateamento experimental e a expressão livre.

Freinet tinha extrema consideração e respeito às crianças, considerava-as como sujeitos sociais que interagem com seu mundo de várias formas, assim constroem sua relação com esse mundo, portanto, não poderiam ser tratadas com indiferença. “A criança, que ocupa o centro das preocupações de sua proposta pedagógica, é redefinida como um ser totalmente provido de humanidade: que fala, que sente, que pensa, que age, que busca, que cria, que constrói, que se defende, que interage na sociedade em que vive.” (PAIVA, 1996, p.36).

A pedagogia Freinet é um convite ao trabalho e à criação. Se o educador compreende que, há necessidade de adaptar a mesma ao contexto das crianças, tendo um embasamento além do simples conhecimento da técnica, os saberes a partir da prática com essa pedagogia podem ser construídos.

Desta forma, em diferentes épocas e em diferentes realidades, aos poucos a criança começa a ser valorizada e seu desenvolvimento passa a receber maior e mais significativa importância.

Essa preocupação com a infância é descrita por Kuhlmann Jr (2002):

A proteção à infância é o motor que a partir do final do século XIX impulsiona em todo o mundo ocidental a criação de uma série de associações e instituições para cuidar da criança, sob diferentes aspectos: da sua saúde e sobrevivência- com os ambulatórios obstétricos e pediátricos; dos seus direitos sociais- com as propostas de legislação e de associações de assistência; da sua educação e instrução- com o reconhecimento de que estas podem ocorrer desde o nascimento, tanto no ambiente privado, como no espaço público. Nesse processo, distribuem-se competências e atribuições do Estado e da sociedade, delimitam-se os campos jurídico, médico, assistencial, educacional, assim como se debate definições legais e normativas. (KUHLMANN JR, 2002, p. 464).

O objetivo do 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (CBPI) realizado no Rio de Janeiro entre 27 de agosto e 5 de setembro de 1922, foi tratar todos os assuntos relacionados à criança, tanto do ponto de vista social, médico, pedagógico e higiênico, como também em suas relações com a família, a sociedade e o estado. A saúde e a educação entrelaçam-se nas propostas, o que as tornou mutuamente subordinadas, enfatizando-se que a educação seria um “meio prático”.

A questão da infância era tema principal nos congressos e as propostas não eram apenas direcionadas às crianças, mas também àqueles que cuidavam delas; os projetos basearam-se nas modernas teorias pedagógicas, descobrindo a infância que necessitava ser preservada como sujeito principal da reconstrução do país.

Segundo Lossnitz, (2006) os primeiros jardins-de-infância no Brasil surgiram na década de 1860 no Paraná, e na década de 1890 em São Paulo. Essas instituições eram baseadas nas ideias de Froebel, pois atendiam as crianças mais abastadas, ou então, exerciam função de guarda.

A partir da República criam-se mais instituições, com 15 creches em 1921 e já 47 em 1924 em capitais e cidades do Brasil. Incorporou-se, portanto, o atendimento de crianças de 4 a 6 anos em jardins-de-infância ou escolas maternais.

A educação infantil brasileira teve mudanças a partir da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei n. 9394/ 96 (BRASIL, 1996), de modo que a legislação brasileira passa a reconhecer que as creches e pré-escolas necessitam oferecer o atendimento de crianças de 0 a 6 anos, sendo a educação infantil parte da educação básica.

3.2 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO INFANTIL

A incorporação das creches aos sistemas educacionais tem proporcionado a superação da concepção educacional assistencialista. Ao longo de sua história, as creches atenderam crianças de 0 a 6 anos, mas há novas reformulações, no entanto, as creches para atenderem às crianças menores, surgiram após as escolas para o atendimento às crianças menores.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208 prevê que o Estado tem a obrigatoriedade de oferecer atendimento às crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas, ficando sob a responsabilidade dos municípios dar enfoque ao Ensino Fundamental e a Educação Infantil, mas em regime de colaboração com o Estado e Federação.

Na década de 1990 outros documentos importantes e com ênfase à infância foram aprovados. Em 13 de julho de 1990, pela Lei n. 8.069, foi promulgado o Estatuto

da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), que ressalta o direito à educação, a saúde, atendimento adequado às crianças e adolescentes.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/ 96 (BRASIL, 1996), contempla em seus artigos aspectos relevantes para a educação da infância. No artigo 4º prevê o atendimento gratuito para crianças de 0 a 6 anos.

Já no artigo 29, a educação infantil é considerada a primeira etapa da educação básica, o que vem dar maior credibilidade no trabalho realizado em creches e pré-escolas, de modo que o mesmo sempre foi visto como algo secundário e assistencial.

Considera a avaliação na educação infantil com característica processual, sem obrigatoriedade de promoção, o que quer dizer que, aspectos quantitativos (notas) não devem fazer parte dessa etapa, o que pode ser observado e acompanhado é o desenvolvimento da criança em seus aspectos qualitativos, seus avanços frente às situações educativas do cotidiano das creches e pré-escolas.

Quanto à formação dos educadores para o trabalho pedagógico nessa etapa, em seu artigo 62, a LDB n. 9.394/96 ressalta que a formação mínima para o profissional que atua na Educação Básica, far-se-á no Ensino Superior em cursos de licenciatura e, o curso de Magistério do Ensino Médio para atuar na educação infantil e nas primeiras séries do ensino fundamental como mínimo necessário, ou seja, a formação tem que estar voltada para a docência de alguma maneira.

Em 1996, um estudo realizado pelo MEC visando conhecer as propostas pedagógicas que estavam sendo colocadas em práticas na Educação Infantil, evidenciou a necessidade de garantir um paradigma norteador do projeto curricular nessa etapa, nesse sentido lançou três volumes que compõem princípios e eixos norteadores para o trabalho educativo com crianças de 0 a 6 anos.

Para atender as diversas necessidades das crianças, aos seus níveis de aprendizagem, importante atentar para o que sugerem os Referenciais Curriculares para a Educação Infantil (1998), quando organiza a mesma por idades (0 a 3 anos e 4 a 6 anos), a qual se estrutura em dois vieses de experiências: a Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo.

Esses documentos são constituídos pelos seguintes eixos: identidade e autonomia, movimento, artes visuais, música, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade, matemática. Convém, portanto, que a proposta pedagógica da Educação Infantil contemple esses eixos, o que facilita a organização da mesma.

Embora não deva restringir-se a tais eixos, ampliando para demais linguagens a serem desenvolvidas, cabe ressaltar que a formação do sujeito-criança e sua compreensão e relação com as diferentes áreas do conhecimento ficará sob responsabilidade de uma proposta pedagógica que alie uma concepção de criança como sujeito de direitos, cidadã, a qual é um ser que pensa, age, reflete e está situado em uma cultura, como também sob responsabilidade do educador que fará a mediação com a criança do que se tenha planejado.

3.3 DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Em 07 de abril de 1999 são instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, as quais se tornaram referências que devem ser observadas na constituição das propostas pedagógicas dos Centros de Educação Infantil.

No artigo 3º, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil apontam para as propostas pedagógicas:

- I- As Propostas Pedagógicas das Instituições de Educação Infantil, devem respeitar os seguintes Fundamentos Norteadores;
 - a) Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum;
 - b) Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do Exercício da Criticidade e do Respeito à Ordem Democrática;
 - c) Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade, da Ludicidade e da Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais.
- II- As Instituições de Educação Infantil ao definir suas Propostas Pedagógicas deverão explicitar o reconhecimento da importância da identidade pessoal de alunos, suas famílias, professores e outros profissionais, e a identidade de cada Unidade Educacional, nos vários contextos em que se situem.
- III- As Instituições de Educação Infantil devem promover em suas Propostas Pedagógicas, práticas de educação e cuidados, que possibilitem a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/linguísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível.
- IV- As Propostas Pedagógicas das Instituições de Educação Infantil, ao reconhecer as crianças como seres íntegros, que aprendem a ser e conviver consigo próprios, com os demais e o próprio ambiente de maneira articulada e gradual, devem buscar a partir de atividades intencionais, em momentos de ações, ora estruturadas, ora espontâneas e livres, a interação entre as diversas áreas de conhecimento e aspectos da vida cidadã, contribuindo assim com o provimento de conteúdos básicos para a constituição de conhecimentos e valores.
- V- As Propostas Pedagógicas para a Educação Infantil devem organizar suas estratégias de avaliação, através do acompanhamento e dos registros

de etapas alcançadas nos cuidados e na educação para crianças de 0 a 6 anos, “sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”.

VI- As Propostas Pedagógicas das Instituições de Educação Infantil devem ser criadas, coordenadas, supervisionadas e avaliadas por educadores, com, pelo menos, o diploma de Curso de Formação de Professores, mesmo que da equipe Profissionais participem outros das áreas de Ciências Humanas, Sociais e Exatas, assim como familiares das crianças. Da direção das instituições de Educação Infantil deve participar, necessariamente, um educador com, no mínimo, o Curso de Formação de Professores.

VII- O ambiente de gestão democrática por parte dos educadores, a partir de liderança responsável, responsável e de qualidade, deve garantir direitos básicos de crianças e suas famílias a educação e cuidados, num contexto de atenção multidisciplinar com profissionais necessários para o atendimento.

VIII- As Propostas Pedagógicas e os regimentos das Instituições de Educação Infantil devem, em clima de cooperação, proporcionar condições de funcionamento das estratégias educacionais, do uso do espaço escolar, que possibilitem a adoção, execução, avaliação e o aperfeiçoamento das diretrizes. (BRASIL, 1999, p.1).

Tais diretrizes contemplam aspectos importantes para a direção da proposta pedagógica, organização da ação docente e gestão desses ambientes. Importante dizer que esses documentos legais são uma “direção” para a construção de propostas que atendam as necessidades das crianças, sejam elas emocionais, nutricionais, educativas, motoras, entre outras.

Educar na Educação Infantil significa proporcionar situações de cuidado, de brincadeiras, de interação educador-criança e criança-criança. Situações estas que possam garantir a aprendizagem das mesmas.

O educador, nessa etapa se caracteriza como mediador do processo de ensino-aprendizagem: precisa ouvir e sentir as crianças, o que pensam, observar do que brincam e como brincam, as suas concepções, o seu desenvolvimento, pois nessa fase inicia-se a formação do ser humano sensível, de uma base de valores, que proporcionarão às mesmas a busca e a vontade de aprender, mas também de ser.

Para tanto, uma proposta pedagógica que considere as diversas linguagens é essencial para proporcionar às crianças o contato com a pluralidade de conhecimentos.

Todavia, a intervenção do educador necessita ser repensada e refletida, de modo que a relação entre o que se planeja e o que se faz, em termos de ação pedagógica, tem que ser algo real e afetivo.

Neste contexto, o pedagogo é responsável por proporcionar os espaços em que a discussão sobre o plano da escola seja possível, envolvendo professores,

funcionários, pais e alunos. Este plano parte do diagnóstico de quais são os problemas e as necessidades da instituição no sentido de buscar superá-las para garantir a efetivação do processo de ensino-aprendizagem.

Esse profissional pode contribuir para a elaboração do plano da escola por meio de determinadas ações como: levantar dados para o diagnóstico (estrutura física, recursos disponíveis e necessários, entre outros); subsidiar teoricamente o grupo no sentido da análise desses dados; auxiliar na sistematização das ideias propostas para organizar o plano de ação; acompanhar o desenvolvimento do plano de ação por meio da apreciação dos resultados do processo de ensino-aprendizagem, expondo os avanços e as dificuldades nesse processo e propondo redimensionamentos quando esses forem necessários.

Segundo o Parecer 20/2009

Com a constituição de 1988 a criança passa a ter direitos como cidadã a educação, reforçando-se tal direito com o estatuto da criança e adolescente sendo o mesmo consolidado através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96). Documento no qual a educação infantil passa a ser dever do estado e direito de toda criança. Em 2009, com base em estudos e análise da educação para a infância no Brasil é publicado o parecer 20/2009.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 93/96), que coloca que a educação infantil é a modalidade de ensino inicial da educação básica. Mais uma vez fica valorizada a importância do zelo pela infância de uma forma diferenciada daquela vista no país, sendo que o direito à educação, segundo o parecer CNE/CEB N° 20/2009 (2009 p.01) era: “ para os mais pobres (...) caracterizada pela vinculação aos órgãos de assistência social, para as crianças das classes mais abastadas, outro modelo se desenvolveu no diálogo com práticas escolares”.

Além de propor o atendimento a criança, a LDB 9394/96 traz a proposta da qualidade de atendimento tendo em vista o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos em seus aspectos físico, afetivo intelectual linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade. As Diretrizes deixam claro que o objetivo da Educação Infantil é definitivamente não separar o cuidado da educação da criança e sim sincroniza-lo nas práticas diárias aos professores e comunidade escolar.

No artigo quinto nas Novas Diretrizes, a Educação Infantil é reforçada como primeira etapa da Educação Básica, oferecida em creches e pré-escolas, cuidando e educando alunos. Quanto aos princípios que regem a Educação Infantil, a única diferença está no primeiro, enquanto as Diretrizes anteriores colocam que os fundamentos norteadores são os: princípios éticos da autonomia, responsabilidade, solidariedade e do respeito ao bem comum. As novas Diretrizes colocam que os princípios éticos façam-se na autonomia, responsabilidade, respeito ao bem comum, ao meio ambiente e as diferentes culturas, identidades e singularidades. Quanto aos princípios políticos e estéticos não houve alterações de posicionamento.

O artigo sétimo das Diretrizes Curriculares de 2009 oferece bastante profundidade ao atendimento a infância. Os direitos da criança devem ser promovidos em consonância com a família, igualmente consciente da importância da infância e do cuidado com a mesma. No que tange à igualdade de oportunidades, caracterizando as desigualdades sócio-econômicas e culturais, bastante presentes na realidade brasileira, assim como nas outras modalidades de ensino, a Educação Infantil, segundo as novas Diretrizes tem como função, também, diminuir as distâncias existentes entre “os mundos” que muitas vezes são circunscritas a um mesmo bairro ou cidade, mas que parecem tão distantes.

Acerca deste direito, o oitavo artigo nas Diretrizes conceitua-o e especifica-o pela busca e necessidade de igualdade e qualidade a todas as crianças atendidas pela Educação Infantil. As Novas Diretrizes são mais específicas em relação às particularidades e diferenças entre os públicos da Educação Infantil e coloca que todos, sem distinção têm igual importância e devem ser estimulados e previstos na prática pedagógica cotidiana e nas políticas de atendimento infantil.

As Diretrizes reformuladas preveem que todas as comunidades têm, além do direito à Educação Infantil, também uma proposta curricular que contemple todo o conhecimento relevante a essas populações, bem como uma rotina e organização que prevejam seu dia-a-dia. Os profissionais que trabalham nestes centros de Educação Infantil, devem estar cientes destas realidades, valorizando-as e reforçando suas culturas.

As Novas Diretrizes também preveem que a cultura africana deve ser enaltecida na Educação Infantil, no sentido de reconhecer que ela faz parte de muitas práticas atuais da população brasileira. Em relação às diferenças, as Diretrizes atem-

se também às deficiências, superdotações e déficits intelectuais e de desenvolvimento. O oitavo artigo ainda cita, a importância de proteção da criança em relação a violência e o olhar atento do educador a todas as possibilidades de infrações a integridade infantil no ambiente escolar e doméstico e que toda a negligência em relação a ela deve ser imediatamente comunicada á órgãos competentes.

A Nova Diretriz Curricular fixa os eixos norteadores das propostas curriculares da Educação Infantil entre as interações e as brincadeiras. Diferentemente do que era proposto pelas Diretrizes anteriores, nesta fica explícita a necessidade da brincadeira no universo infantil. O décimo artigo das Novas Diretrizes Curriculares da Educação Infantil aborda a avaliação do desenvolvimento da criança na Educação Infantil, onde ela tem um sentido de acompanhamento.

3.4 SOBRE O PEDAGOGO E SUAS ATRIBUIÇÕES

Saviani (1985) diz que na Antiguidade o pedagogo grego era o escravo miserável e babá de efebos: De acordo com os ideais de educação homérica, cabia ao pedagogo preparar os meninos para duas tarefas importantes a de guerrear e governar. Ele também era o responsável em levar as crianças para a escola, juntamente com outras atribuições era somente para a aristocracia que o pedagogo prestava seu serviço.

Por extensão e considerando o fato de que frequentemente os escravos, obtidos através de conquistas bélicas, eram mais cultos que seus próprios senhores, pedagogo passa a significar o próprio preceptor, o educador, o professor. Isso ficou evidente de modo especial quando da conquista da Grécia por Roma. Os romanos, reconhecendo a superioridade cultural dos gregos, confiavam a educação de seus filhos aqueles que, em consequência da guerra de conquista, se converteram em seus escravos.

No Brasil do século XX, com a implantação da Lei n. 5.692/72 (BRASIL, 1972), na década de 70, grande parte das escolas públicas passou a contar com o pedagogo nos seus quadros exercendo a função tanto de supervisor de ensino quanto de

orientador educacional. Na mesma década de 1970 uma reforma nos cursos de pedagogia incorporou a visão tecnicista de educação, enfatizando o fazer pedagógico fragmentado, despojado de uma compreensão teórica dos problemas da educação escolar-brasileira, uma vez que estava calcada em modelos estrangeiros e numa formação aligeirada.

O fracasso da escola foi, sem piedade, imputado aos pedagogos, afirmando-os como tradutores do modelo fabril e como fragmentadores do processo educativo escolar. A escola tem como instituição social a função de difundir de modo intencional e organizado o conhecimento historicamente acumulado.

Uma vez que a pedagogia pode significar também condução à cultura, isto é, processo de formação cultural, o pedagogo pode ser interpretado como aquele que possibilita o acesso à cultura, organizando o processo de formação cultural. É, pois, aquele que domina as formas, os procedimentos, os métodos através dos quais se chega ao domínio do patrimônio cultural acumulado pela humanidade. E como o homem só se constitui como tal na medida em que se destaca da natureza e ingressa no mundo da cultura, eis como a formação humana, convertendo-se o pedagogo, por sua vez em formador de homens.

Para Saviani (1985) o pedagogo escolar é aquele que domina sistemática e intencionalmente as formas de organização do processo de formação cultural que se dá no interior das escolas. A especialidade do Pedagogo consiste no domínio das formas através das quais o saber sistematizado é convertido em saber escolar. Para esta tarefa os pedagogos detêm conhecimentos específicos sobre processos de ensino, organização didática, finalidades sócio-políticas dos conhecimentos e métodos.

Almeida e Soares (2010) alertam que a partir da década de 1980, época da redemocratização política do Brasil, o pedagogo assume a função de acompanhamento, apoio e suporte pedagógico calcada na organização coletiva do trabalho escolar. Sua função se tornar cada vez mais comprometida com a qualidade do ensino e contribuição de uma sociedade justa e igualitária.

Para as autoras:

Se os fins a serem buscados na instituição escolar dizem respeito à garantia da efetivação do processo de ensino-aprendizagem, este deve ser o aspecto central do trabalho de coordenação realizado pelo pedagogo. Caberá a esse profissional trabalhar na direção de coordenar as ações necessárias para a garantia do sucesso do processo de ensino-aprendizagem e não mais

direcionar suas ações para o controle do trabalho dos professores. Assim, com relação ao processo de ensino-aprendizagem, o pedagogo deve ser entendido como cúmplice do professor, ou seja, suas ações podem contribuir, ou não, para a realização da função da escola: a socialização do conhecimento científico. (ALEMDA & SOARES, 2010, p.40).

Na sequência, nos anos de 1990, com toda a movimentação na educação com a promulgação da LDB 9.394/96 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de pedagogia (BRASIL, 2006), a habilitação de pedagogo supervisor e pedagogo orientador deixam de existir legalmente, e a docência passa a ser a base do trabalho pedagógico.

O que Almeida e Soares (2010) lembram é que, ainda que a lei tenha acabado com as habilitações e exaltado a docência, no dia a dia do pedagogo que acompanha o processo ensino-aprendizagem na escola essas funções coexistem, indissociavelmente. Isso se deve ao fato de que o pedagogo tem como foco a organização do trabalho pedagógico da escola em sua complexidade e por isso acaba exercendo essas funções em conjunto. Nas palavras das autoras,

[...] o trabalho desenvolvido na escola não deve caracterizar-se pela mera junção de ações isoladas e desarticuladas, mas pela ação integrada e intencionalmente organizada dos profissionais que nela atuam, com vistas à garantia da efetivação do processo de ensino-aprendizagem. (ALMEIDA & SOARES, 2010, p. 50).

Para elas, o projeto político pedagógico, o PPP é o documento primordial para articular o trabalho educativo desenvolvido pela escola enquanto trabalho central desse pedagogo escolar. A proposta do próximo capítulo deste estudo é de refletir sobre a atuação desse profissional no município de São José dos Pinhais na Educação Infantil. O estudo vai trazer uma breve análise de entrevistas realizadas com pedagogos atuantes na Educação Infantil do referido município.

4. A PESQUISA DE CAMPO NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS)

4.1 ANALISANDO AS ENTREVISTAS DAS PEDAGOGAS DOS CMEIS

A investigação de campo foi realizada por meio de quatro entrevistas realizadas junto à pedagogas que atuam em CMEIs no município de São José dos Pinhais. As entrevistas foram realizadas nos 4, 5 e 6 de Setembro de 2017 com a intenção de coletar dados sobre a prática do pedagogo/a na Educação Infantil.

A partir da análise das entrevistas pôde-se chegar às seguintes configurações que revelam aspectos do trabalho do/a pedagogo/a na Educação Infantil que é o objetivo geral deste trabalho de conclusão de curso.

4.1.1 Pedagogo e as famílias

Como este profissional realiza um trabalho entre a família e escola foi possível perceber pela entrevista da pedagoga A que sua relação com as famílias é de mediação. Realiza encontros para que os familiares acompanhem o cotidiano de seus filhos no ambiente do CMEI.

Segundo Tiba (2008), a parceria entre família e escola deve se formar desde os primeiros momentos que a criança é acolhida no CMEI. Quando a escola, o pai e a mãe falam a mesma língua e têm valores semelhantes, a criança terá um processo de aprendizagem e desenvolvimento saudáveis.

A pedagoga B mostra que, em geral, os pais correspondem às solicitações de comparecimento ao CMEI, verificando as frequências e as dificuldades de desenvolvimento apresentadas por seus filhos. Em paralelo com a pedagoga A, a pedagoga B relata sobre os encaminhamentos que se tornam necessários para algumas crianças como: atendimentos especializados e, em casos extremos, o chamamento do Conselho Tutelar.

Tiba (2008), afirma que “a escola percebe na criança facilidades, dificuldades e outras facetas que em casa não são observadas, muito menos avaliadas.” (TIBA, 2008, p. 30).

A **pedagoga C**, relacionada com a **pedagoga B**, também direciona o seu olhar mais analítico àquelas crianças que mais necessitam de maior atenção e atuação de sua parte. A **pedagoga C** esclarece para as famílias quais são as funções da Educação Infantil, sempre dialogando frequentemente sobre o desenvolvimento das crianças.

Sabe-se que a Educação Infantil é a fase mais importante no desenvolvimento cognitivo da criança e que a participação da família é fundamental para auxiliar no seu desenvolvimento. A educação só ocorre quando a escola e a família se unem por um mesmo objetivo e que se está união não se estabelece num confronto entre escola e família. A atenção e o diálogo atento e sistematizado com as famílias das crianças para o esclarecimento do bem-estar da criança se vincula como essencial à prática pedagógica.

No que diz respeito à relação das famílias com os trabalhos do CMEI propriamente dito, a **pedagoga A** disse que as famílias valorizam os trabalhos realizados pelo CMEI e a exposição das atividades fortalece o vínculo entre os pais.

Segundo a as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009, p. 13),

A família constitui o primeiro contexto de educação e cuidado do bebê. Nela ele recebe os cuidados materiais, afetivos e cognitivos necessários a seu bem-estar, e constrói suas primeiras formas de significar o mundo. Quando a criança passa a frequentar a Educação Infantil, é preciso refletir sobre a especificidade de cada contexto no desenvolvimento da criança e a forma de integrar as ações e projetos educacionais das famílias e das instituições. Essa integração com a família necessita ser mantida e desenvolvida ao longo da permanência da criança na creche e pré-escola, exigências inescapável frente às características das crianças de zero a cinco anos de idade, o que cria a necessidade de diálogo para as práticas junto às crianças não se fragmentarem.

A **pedagoga B** colocou um esclarecimento relevante onde disse que não existe trabalho pedagógico eficiente sem a participação da família. Já a **pedagoga C** ressaltou que algumas famílias valorizam além dos cuidados diários direcionados as crianças, também, as aprendizagens e enfatizou a questão da educação infantil como etapa da educação básica.

O papel da Educação Infantil é o de cuidar da criança em espaço formal contemplando o brincar, também é seu papel educar com ênfase no desenvolvimento integral da criança. A Educação infantil desde 1998 segue o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil que embasa os segmentos da educação básica.

Cuidar e educar implica reconhecer que o desenvolvimento a construção dos saberes, a constituição do ser não ocorre de maneira compartimentada, que o espaço da criança exige a mediação dos adultos para estimular a curiosidade, consciência e a responsabilidade das crianças.

A **pedagoga D** percebe que muitas famílias se importam com o desenvolvimento integral da criança e valorizam o trabalho do CMEI, mas em contraponto, também, há famílias que vêem a instituição como assistencialista, ou seja, tendo como a única função o “cuidar”.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p. 24):

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal e de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

Desta maneira, o cuidar e o educar são indissolúveis e devem ser trabalhados juntos efetivando um equilíbrio entre ambos, pois devemos reconhecer as crianças como agentes ativos da sociedade.

Quando indagada sobre a organização do planejamento, a **pedagoga A** relatou que promove planos de formação, articulando-os às orientações curriculares. Em contrapondo a **pedagoga B** citou características diárias sobre a sua rotina a qual necessita de adequações como: descrever um cronograma detalhado de suas atividades diárias enfatizando as suas prioridades para adapta-lás

A **pedagoga C** em seu trabalho diário argumenta que procura fazer o acompanhamento das práticas pedagógicas em sala de aula e fornecer subsídios teóricos às professoras como: *leitura e estudos de textos*. A **pedagoga D** planeja o seu dia de acordo com as demandas existentes se organizando para acompanhar os professores no momento do planejamento.

A articulação o que o pedagogo desenvolve na escola contribui para o processo de formação continuada de professores, pois sabe-se que a formação continuada visa incentivar a postura de sujeitos críticos, reflexivos capazes de transformar as suas ações com vistas a produzirem saberes nos quais possam avançar em suas práticas pedagógicas para atender suas demandas educativas de

maneira significativa e atenta. Pimenta (2008) destaca a relevância de um espaço coletivo e formador para o pedagogo, no qual ele possa refletir sobre a sua prática, trocar experiência e crescer profissionalmente.

4.1.2 Organização do trabalho pedagógico

Sobre a organização do trabalho pedagógico juntamente com os professores e seu interesse e vontade de aperfeiçoarem as suas práticas, a **pedagoga A acredita que seu apoio aos docentes nos conteúdos se dá por meio de algumas ações, dentre elas:** *introdução, debate e aprofundamento das temáticas específicas da Educação Infantil; observação e análise da prática pedagógica, fazendo-se presente no cotidiano das turmas; organização e promoção de encontros e grupos de estudos; ajuda ao professor no domínio dos conteúdos mais difíceis; avaliação, orientação e comentários junto ao professor sobre seu desempenho em todas as tarefas incluindo o planejamento diário; registros das atividades; atividades propostas aos alunos da prática pedagógica.*

A **pedagoga B** organiza o seu trabalho dentro das permanências. Ela percebe que existe um interesse dos professores em seu aperfeiçoamento profissional. A **pedagoga C** estabelece uma rotina de acompanhamento das permanências. Em relação aos professores percebe um interesse de aperfeiçoamento eles tentam ampliar seus conceitos arraigados pela prática constante desconstruindo as poucas suas antigas concepções. A **pedagoga D** relatou que na hora atividade tenta orientar o trabalho pedagógico e que nas reuniões pedagógicas organiza discussões pertinentes ao contexto do CMEI.

No que tange à formação continuada a LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996) em seu Artigo 63 define que as instituições formativas deverão manter “programas de formação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis”. (BRASIL, 1996, s/p.).

A formação continuada deve ser encarada como valor e condição básica para o desenvolvimento profissional dos professores. Deve promover trocas, análises, problematizações e reflexões deve ser inerente ao trabalho pedagógico e não esporádica. Já para Freire (1996), sobre a formação do professor:

O professor que não leve a sério a sua formação, que não estude que não se esforce para estar à altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe. Isto não significa, porém, que a opção e a prática democrática do professor ou da professora sejam determinadas por sua competência científica [...] o que quero dizer é que a incompetência profissional desqualifica a autoridade do professor. (FREIRE 1996, p 62).

Sobre a formação continuada individual: as formações da quais participa são semestrais, anuais e quais são os temas tratados. A **pedagoga A** descreveu a sua formação continuada através de encontros ofertados pela SEMED (Secretária Municipal de Educação). A **pedagoga B** disse que participa das formações e que os temas abordados são assuntos pertinentes ao trabalho diário. A **pedagoga C**, assim como a **pedagoga A**, falou sobre a formação continuada recebida pela Secretária de Educação. Comentou também que busca o aperfeiçoamento de forma continuada. A **pedagoga D** citou a Secretária Municipal de educação também como a principal fonte de formação continuada dos profissionais.

Nóvoa (1992) também tratou da formação docente em seus escritos:

A formação não se constrói por acumulação (de cursos de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexão crítica sobre as práticas de (ré) construção permanente de uma identidade profissional por isso é tão importante investir na pessoa e dar estatuto no saber da experiência (NÓVOA, 1992, p.38).

4.1.3 Avaliação do trabalho pedagógico

Foi ainda solicitado a avaliação particular de cada pedagoga a respeito do trabalho no CMEI. A **pedagoga A** falou sobre as dificuldades que se apresentam no cotidiano escolar e o papel importante que a gestão exerce entre o CMEI e as famílias. A **pedagoga B** compreende que as condições de trabalho são boas, mas salienta a importância de melhorias no que diz respeito à adequação do cargo das servidoras.

A **pedagoga C** trouxe a questão das condições de trabalho que através do tempo vem apresentando avanços e, assim, como a **pedagoga B** falou sobre a adequação das servidoras para a quantidade de crianças.

4.1.4 Desafios profissionais

Sobre os desafios profissionais na Educação Infantil, a **pedagoga A** disse que o maior desafio é a falta de vagas e a dificuldade para acolher todas as crianças. A **pedagoga B** citou o mesmo desafio. A **pedagoga C** relatou que o maior desafio enfrentado foi o convencimento das pessoas acerca das práticas pedagógicas assim como a **pedagoga D** também relatou.

Quanto as maiores alegrias que o CMEI proporcionou a elas, a **pedagoga A** falou que a sua maior alegria é quando as crianças se sentem adaptadas ao CMEI. Já a **pedagoga B** falou que sua maior felicidade é atender as necessidades das crianças. A **pedagoga C** tem como maior alegria lidar com a criança pequena. A **pedagoga D** tem como alegria perceber o desenvolvimento integral das crianças.

Quanto à relação profissional com a equipe do CMEI, a **pedagoga A** relatou que o pedagogo é o grande articulador das construções dos espaços. A **pedagoga B** comentou que a relação é muito boa. A **pedagoga C** disse que constrói uma relação de apoio e colaboração em relação à equipe. Já a **pedagoga D** vê a parceria do trabalho em conjunto da equipe pedagógica essencial ao desenvolvimento das atividades do CMEI.

4.1.5 PPP: participação

Quando indagada a respeito da participação efetiva no PPP, a **pedagoga A** disse que não teve a oportunidade de participar da elaboração do PPP, por ser nova na rede. A **pedagoga B** disse que o PPP é uma das grandes tarefas que o pedagogo deve conduzir e ainda cita a importância do processo desta construção. Já a **pedagoga C** falou que seu papel é organizar o processo de elaboração, articular os momentos de discussões e organizar e formatar o material elaborado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto a atuação prática do pedagogo na educação infantil, como se dá a funcionalidade de sua formação em suas práticas diárias, suas inquietações, indagações e reflexões, foi possível ter certa clareza acerca de sua atuação pedagógica.

Com base nas análises dos resultados da investigação de campo, a reflexão foi sobre a prática do pedagogo na educação infantil e a relação que o mesmo estabelece no contexto pedagógico enquanto mediador do trabalho pedagógico, agindo em todos os espaços para a transformação da prática escolar e articulando as relações, estabelecendo assim uma organização pedagógica. Isso porque é um profissional que lida com fatos, estruturas, contextos e situações referentes à prática educativa.

De cunho primordial e relevante todas as respostas que obtidas por meio do questionário apresentado às pedagogas, priorizou-se para o trabalho de investigação o processo de comparação e análises de respostas, refletindo sobre o ambiente escolar onde cada profissional atua.

Dessa forma, é possível concluir que as pedagogas se esforçam para propiciar as crianças e suas famílias um atendimento de qualidade que ultrapassa o enfoque assistencialista e engloba a integralidade do ser humano e que o trabalho pedagógico se tornaria inexistente sem a participação da família.

O pedagogo/as atuam na prática favorecendo e proporcionando amparo teórico e prático aos professores estimulando estudos e formação continuada, estabelecem relações de parceria entre as famílias das crianças, organizam reuniões pedagógicas pautadas pelas orientações da secretaria municipal de educação de São José dos Pinhais, orientam as professoras a executar da melhor forma possível os projetos institucionais formulados pela secretária de educação.

Todavia, diante dos dados levantados, é possível perceber que muitas instituições não contam com um coordenador pedagógico no seu quadro funcional e, aquelas que possuem este profissional não recebem uma capacitação específica para ser formador; acabam deixando a seu cargo infindáveis tarefas burocráticas e emergenciais. Tomados por demandas de toda ordem, esses profissionais não conseguem acompanhar os professores, oferecendo a ajuda necessária para a melhoria da prática docente.

O pedagogo tem a sua ação dificultada por um cotidiano dispersivo. Têm-se como principais causas deste descompasso: a inexistência de uma organização institucional que possibilite uma definição clara das competências dos profissionais envolvidos; a falta de investimento na construção de uma equipe colaborativa; a falta de uma formação profissional que ajude a redefinir o papel dos coordenadores pedagógicos numa instituição de educação.

Enfim, é possível concluir que o pedagogo se caracteriza como um intelectual, ou seja, um cientista da educação: aquele que reflete sobre a sua prática, busca subsídios teóricos para fundamentá-la. Por meio das análises, percebi que cada instituição escolar carrega uma bagagem histórica, política e social. Esta carga de valores existentes irá influenciar na prática do pedagogo diretamente favorecendo ou desfavorecendo seu trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. M.; SOARES, K. C. D **Pedagogo Escolar: as funções supervisora e orientadora**. Curitiba: IBPEX, 2010.

AUTORES ASSOCIADOS. **Pedagogia histórico-crítica; primeiras aproximações**. 10a ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. Editora Brasiliense, 1988.

BRASIL. **Constituição Federal**: promulgada em 05 de outubro de 1988.

_____. Governo Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: 1996.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução CEB 1/99. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de abril de 1999. Seção 1, p.18. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_ceb_0199.pdf >. Acesso em 15/09/2017.

_____. MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf> >. Acesso em 15/09/2017.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia**. Parecer CP/CNE 05_2005, homologação publicada no DOU 15/05/2006, Seção 1, p. 10. Parecer CP/CNE 03_2006, homologação publicada no DOU 11/04/2006, Seção 1, p. 19.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CP/CNE - 01/2006**, publicada no DOU 16/05/2006, Seção 1, p. 11.

CRAIDY, M.; KAERCHER, G. E. P da S.(Org.). **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

MACHADO, N. J. **Educação: projetos e valores**. 6. ed. São Paulo: Escrituras, 2006.

MORIN, E. **O método 6 ética**. Editora Sulina, 2004.

PARO, V. H. **Escritos sobre Educação**. São Paulo: Xamas, 2001.

PIETROBON, S. R. G. **Fundamentos da educação infantil**. Guarapuava: Ed. Da Unicentro, 2010.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Editora Martin CLARET Ltda, 2000.

ROEMMERS, A. G. **O retorno do jovem príncipe**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

REVISTA NOVA ESCOLA. PIMENTA, S. G. O papel do pedagogo na escola. São Paulo, ano IV- n. 34, out/89.

REVISTA NOVA ESCOLA. DEMERVAL, S. Sentido da Pedagogia e o papel do Pedagogo. São Paulo, ano 3, nov/ 90.

REVISTA NOVA ESCOLA. Professor se forma na escola. São Paulo, ano XVI, n. 14, maio/2001.

SÁ, R. A. A cientificidade da pedagogia e os pressupostos do pensamento complexo. In: **Revista Educativa**. Goiânia, v.15, n. 1, p. 99-111, jan./jun. 2012.

_____. Pedagogia e complexidade: diálogos preliminares. IN: **Educar em Revista**. Curitiba: Editora UFPR. 32, p.57-73, 2008

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 41. Campinas, SP: Autores Associados, 2009,- (Coleção Polêmicas do nosso tempo, 5).

TEIXEIRA, E. F. B. **A educação do homem segundo Platão**. São Paulo: Paulus, 1999.

TIBA, I. **Educação Familiar Presente e Futuro**. Editora Integrare, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Manual de Normalização de documentos científicos de acordo com as normas da ABNT**. Maria Simone Utida dos Santos Amadeu [et. al.] – Curitiba: Ed. UFPR, 2015, 327 p.

APÊNDICE – 1 - QUESTÕES DA ENTREVISTA

A prática do pedagogo na Educação Infantil no município de São José dos Pinhais

Paula Melnik

1. Como é a sua relação enquanto pedagoga junto às famílias das crianças? O que realiza?

2. Como você percebe a importância (ou não) que a família dá em relação aos trabalhos do CMEI?
3. Como você planeja/organiza o seu dia a dia no CMEI?
4. Como você organiza seu trabalho pedagógico junto aos professores do CMEI? Você percebe nos professores interesse e vontade de aperfeiçoarem suas práticas pedagógicas?
5. Como se dá a sua formação continuada? Você participa de formações semestrais/anuais? Quais são os temas tratados nestas formações?
6. Como você avalia as condições de trabalho na Educação Infantil (CMEI)?
7. Quais são seus maiores desafios profissionais na Educação Infantil (CMEI)?
8. Quais são as maiores alegrias que a Educação Infantil (CMEI) lhe proporcionou como profissional?
9. Como é sua relação profissional com a equipe diretora do CMEI?
10. Você participa da elaboração do PPP do CMEI? Qual é seu papel efetivo na elaboração do PPP?

APÊNDICE 2 - ENTREVISTA – CMEI – QUERO-QUERO APRENDER

Primeiro CMEI: Quero-Quero Aprender

- 1- A relação do Pedagogo junto às famílias é o de ser mediador entre CMEI e família a fim de facilitar a promoção das aprendizagens das crianças no contexto

social. O CMEI realiza encontros para pais e familiares acompanharem o cotidiano dos filhos no ambiente do CMEI.

2- As famílias valorizam os trabalhos realizados pelo CMEI, através das exposições dos trabalhos, feitos pelas crianças e pelos profissionais. As atividades propostas no CMEI contribuem tanto para as crianças se sentirem valorizadas, aproxima as famílias e fortalece o vínculo entre pais e CMEI.

3- Promover planos de formação, articulando as orientações curriculares municipais e referenciais teóricos.

4 –

< Apoiar o professor nos conteúdos.

< Introduzir, debater e aprofundar as temáticas específicas da Educação Infantil.

< Observar analisar e contribuir com a prática pedagógica dos professores fazendo-se presente no cotidiano das turmas.

<. Organizar e promover encontros e grupos de estudos.

< Ajudar o professor a dominar os conteúdos mais difíceis.

< Avaliar, orientar e comentar com o professor seu desempenho em todas as tarefas incluindo planejamento diário, registros de atividades, atividades propostas aos alunos da prática pedagógica.

5 - A formação continuada se dá através de encontros assessoramentos ofertados pela Semed, grupos de estudo da unidade, os temas tratados na formação são:

- Cuidar e educar

- Adaptação

- Rotina

- Alimentação

- Sono

- Mordida

- Prevenção de acidentes

- Rotina de higiene e cuidados (Troca de fralda e banho)

- Interações e brincadeiras

6. Projetos:

- Projeto autosserviço
- Brincadiquê
- Lavagem das mãos
- Do meu nariz cuido eu

7- O desafio na Educação Infantil é a falta de vagas e a dificuldade para acolher todas as crianças pequenas.

8 e 9 Para as crianças que frequentam o CMEI, pela primeira vez tudo é novo, muitas famílias confiam na instituição, o cuidado e o ensino das crianças, os profissionais vivenciam a alegria das crianças. No período de adaptação aos poucos, vão introduzindo a rotina educacional e em alguns dias já estão tranquilos no novo universo, a fase de adaptação possibilita que as crianças e a família se acostumem, no seu ritmo e do seu modo, ao novo ambiente, isto é uma grande alegria, quando a criança se sente bem adaptada ao CMEI.

10- O pedagogo é o grande articulador das oportunidades e criação de espaços para que esta construção se efetive.

APÊNDICE 3 - ENTREVISTA – CMEI – PAPA JOÃO PAULO II

Segunda Entrevista: CMEI Papa João Paulo II

1- Tem sido muito agradável e os pais têm correspondido as solicitações de comparecimento dentro das necessidades apresentadas. Existem situações pontuais onde faz-se necessário ser assertiva, mas na maioria das vezes tudo acontece com naturalidade. Tenho efetuado o acompanhamento das presenças das crianças no

CMEI, junto as famílias, as dificuldades que tem apresentado com relação ao desenvolvimento e encaminhamento para atendimento especializado e em casos extremos encaminho para o Conselho Tutelar para acompanhamento mais efetivo da família.

2- A família é parte do CMEI, não existe trabalho pedagógico eficiente sem a participação da família dentro das vivências da criança. As reuniões e atividades realizadas onde os pais participam incentivam a criança a buscar superar suas dificuldades e contar com o apoio deles e das professoras.

3- No momento minha rotina não acontece de forma estável, assim como o trabalho dentro de qualquer escola não é estanque, ele é vivo, e, portanto, necessita de adequações e intervenções imediatas. Existem dias em que é possível desenvolver as atividades de acordo com uma rotina em outros não.

4- Através do trabalho dentro das permanências, da promoção dos estudos e das intervenções em caso de necessidade, percebo que existe sim um interesse dos professores em aperfeiçoamento.

5- Sim tenho participado das formações e os temas abordados normalmente são assuntos pertinentes as necessidades do trabalho cotidiano como sequência didática, quadro de atividades, fundamentações para as formações e orientações para reuniões pedagógicas.

6- Eu avalio que apesar de todas as dificuldades que se apresentam no cotidiano escolar, o CMEI em que trabalho é privilegiado por ter uma gestão efetiva e ativa que têm buscado recursos para o bom desenvolvimento do trabalho e do atendimento dos alunos.

7- Atender com qualidade toda a demanda remetida, a quantidade é desproporcional a quantidade de profissionais disponibilizados.

8- Promover o melhor trabalho possível e atender as necessidades das crianças considerando-as dentro de seus direitos.

9- Muito boa a relação.

10- Não tive a possibilidade por ser nova na rede, entretanto normalmente a pedagoga participa efetivamente dentro desse processo, através de pesquisas, levantamento de dados, fundamentações, orientações e direcionamentos legais.

APÊNDICE 4 - ENTREVISTA – CMEI – LUIZ STOCCO

Terceira Entrevista: CMEI LUIZ STOCCO

1- Procuro ter uma relação próxima. Tento conhecer todas as crianças e, em especial, aquelas as quais percebo que necessitam de maior ação e atuação da minha parte. As ações que realizo junto às famílias percorrem um grande leque de atividades, dentre as quais, posso ressaltar, por exemplo, o acolhimento das famílias e crianças, a busca por esclarecer e desmistificar quais são as funções da Educação Infantil, bem como dialogar, constantemente, acerca do processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças que atendemos.

2- De alguma forma, percebo que as famílias valorizam os trabalhos realizados pelo CMEI algumas famílias valorizam de forma mais acentuada, as ações inerentes aos cuidados que as crianças recebem. Outras valorizam, além dos cuidados também as aprendizagens que percebem que suas crianças desenvolveram. É certo que não se atinge uma valorização total, até porque a Educação Infantil enquanto etapa da educação básica, ainda é recente.

3- Procuro estabelecer “ grandes tarefas semanais”, por exemplo acompanhar a prática pedagógica em sala de aula, organização dos espaços de uso coletivo leitura de textos com todas as profissionais da unidade. No decorrer da semana, dentre as “ grandes tarefas semanais” que elejo, vou, também, atendendo as demandas que surgem no dia-a-dia. Dessa forma tenho procurado garantir que meu trabalho não entre em ritmo de executar somente o que é emergência, como popularmente chamamos de “apagar incêndios”.

4- Estabeleço uma rotina de acompanhamento das permanências, de entrada em sala de aula e de estudo. Com relação ao interesse dos profissionais, percebo que, sim, elas buscam tal aperfeiçoamento. Quanto mais conversamos a respeito das Orientações Curriculares Municipais para a Educação Infantil, mais as vejo se esforçando para adequar suas práticas, embora saibamos que, muitas vezes, são práticas arraigadas e que demandam uma reconstrução de seus próprios conhecimentos, de suas práticas que são exercidas há anos. É uma caminhada!

5- A Secretaria Municipal de Educação chama seus pedagogos para a formação continuada mensalmente. Eu, de forma individual busco aperfeiçoar-me constantemente. Os temas que são tratados condizem com as funções executadas por mim e também estão de acordo com políticas nacionais que tangem a educação infantil, é possível citar como exemplo: rotinas do trabalho pedagógico nos CMEIS, cuidar e educar, metodologia de trabalho em São José dos Pinhais, sequências de atividades e projetos, DCNEI, entre outros.

6- Compreendo que temos boas condições de trabalho no CMEI, contudo é inegável que melhorias são necessárias no que diz respeito à adequação do cargo das servidoras que atuam nos CMEI” s, (educadoras sociais).

7- O maior desafio enfrentado pode ser compreendido como certa necessidade de convencimento das pessoas acerca das práticas pedagógicas mais adequadas para com as crianças pequenas, tendo em vista que muitas insistem em antecipar aprendizagens. Outro desafio é estar sempre em sintonia com as Políticas Nacionais da Educação Infantil, já que, algumas vezes, embrenhamo-nos nos afazeres cotidianos e deixamos de estar atentos as outras dimensões da área.

8- Certamente a maior alegria é conhecer, compreender e respeitar a criança pequena. Outra grande satisfação é poder lidar com pessoas.

9- Construimos uma relação de colaboração e apoio.

10- O PPP é, sem dúvida, uma das grandes tarefas que o pedagogo deve conduzir. Durante o ano letivo de 2016 foi realizada a revisão do PPP no CMEI e a minha atuação foi de levar a equipe a reflexão inicial, ao entendimento da importância e do passo do processo dessa construção também agi de forma a realizar estudos com a equipe, construção de textos e compilação de ideias para o documento. Agi, ainda, articulada com a SEMED para revisão de textos e formatações necessárias.

APÊNDICE 5 - ENTREVISTA – IPÊ AMARELO

Quarta Entrevista

1- A parceria com as famílias das crianças é essencial para o bom andamento do trabalho na Educação Infantil. Como pedagoga tento diariamente criar um vínculo com as famílias e também são organizados momentos de conversa sobre as crianças, reuniões para tomar decisões coletivas com a associação de pais e dias da família para promover a integração entre CMEI, família e comunidade.

2- Na comunidade em que atuo percebo que muitas famílias se importam com o desenvolvimento integral da criança e valorizam o trabalho executado na unidade. Mas infelizmente muitas pessoas ainda acreditam que o CMEI é somente assistencialista e a única ação é cuidar.

3- O meu dia no CMEI é planejado de acordo com as demandas existentes, priorizando as necessidades das crianças. Também me organizo para acompanhar os profissionais durante os momentos de planejamento e organização do trabalho.

4- Durante os momentos de hora-atividade tento acompanhar e orientar o trabalho pedagógico. Nas reuniões pedagógicas organizo o estudo e a discussão de temas importantes e necessários a realidade do CMEI.

5- As formações continuadas dos pedagogos são realizadas mensalmente e organizadas pelo departamento de Educação Infantil. Nos encontros são tratados assuntos para o aperfeiçoamento da prática pedagógica como organização da rotina, estudos dos documentos norteadores da educação infantil como: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Orientações Curriculares Municipais da Educação Infantil de São José dos Pinhais.

6- Historicamente as condições de trabalho na Educação Infantil tem apresentado avanços. Infelizmente ainda não estamos no ideal, pois ainda são poucos funcionários para uma quantidade significativa de crianças.

7- Acredito que o maior desafio é conscientizar os profissionais sobre a importância do trabalho pedagógico com as crianças, envolvendo as interações e brincadeiras e o protagonismo da criança.

8- A maior alegria é perceber o desenvolvimento integral das crianças por meio de atividades significativas e lúdicas.

9- A parceria e o trabalho em conjunto da equipe administrativa e pedagógica são essenciais para o desenvolvimento das atividades do CMEI, na unidade em que atuamos estabelecemos um trabalho de cooperação e união.

10- A elaboração do PPP do CMEI foi realizado coletivamente por todos os agentes da comunidade escolar (educadoras, professoras, funcionários, famílias) e o meu papel enquanto pedagoga foi de organizar o processo de elaboração, articular os momentos de discussões e organizar e formatar o material elaborado.

APÊNDICE 7 – PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

As práticas desenvolvidas nos CMEI's são organizadas a partir dos documentos oficiais do MEC que regem a Educação infantil, dentre eles as Diretrizes Curriculares Municipais da Educação infantil que nos apresenta a criança como um sujeito de direitos, que aprende através das interações que estabelece com o ambiente que a cerca, com os adultos que lhe rodeiam e com as crianças com as quais convive e, dessa forma, imagina, brinca, observa, experimenta, vive e convive, aprendendo de forma efetiva e prazerosa, produzindo cultura.

Nessa perspectiva, os profissionais que atuam com a Educação Infantil no município constroem suas práticas pautados em planejamentos que agregam Atividades Permanentes e Sequências de Atividades/Projetos.

As Atividades Permanentes buscam construir a rotina para a criança, fortalecendo seus vínculos com as educadoras, com os espaços com os quais convive e com os colegas de turma e de Unidade, conferindo-lhes segurança diariamente.

As Sequências de Atividades ou Projetos referem-se às atividades planejadas para serem trabalhadas ao longo das semanas, buscando proporcionar aprendizagens às crianças, dentro das seguintes experiências Significativas da Primeira Infância: Linguagens Artísticas (Linguagem Corporal, Artes Visuais e Linguagem Musical), Linguagem Oral e Escrita, Conhecimento de si e do mundo e Conhecimento Matemático.

Nas Sequências registramos detalhadamente como as atividades serão desenvolvidas considerando a graduação por etapas, ou seja, cada proposta deverá ter maior desafio que a anterior.

Nos Projetos, há que se ter uma pergunta, uma dúvida a ser respondida, buscando problematizar as situações vividas. Como culminância do Projeto, um Produto Final será produzido, compartilhando aprendizagens: montagem de contos favoritos, gravação de áudios ou vídeos com poesias declamadas pelas crianças, mostras entre turmas e etc.

APÊNDICE 8 – HORÁRIOS E ORGANOGRAMA

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica que compreende o atendimento de crianças de zero a cinco anos, nas seguintes etapas:

Infantil 1 – período integral (7h00 às 18h00)

Infantil 2 – período integral (7h00 às 18h00)

Infantil 3 – período integral (7h00 às 18h00)

Infantil 4 – meio período (Manhã: 7h30 às 11h30 ou Tarde: 13h00 às 17h00)

PRÉ – meio período (Manhã: 7h30 às 11h30 ou Tarde: 13h00 às 17h00)

Horário de Funcionamento das Unidades

7h00 às 18h00

Horário de Funcionamento das Unidades

7h00 às 18h00

Organograma do CMEI



APÊNDICE 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

CMEIs	ENDEREÇOS	FONE
CMEI A Árvore dos Sapatos	Rua Paraíso, nº 1111 – Borda do Campo CEP 83070-165	3385-8431
CMEI A Baba do Passarinho	Rua Laerte Fenelon, 1001 – Jardim Ipê CEP 83060-810	3398-2230
CMEI Ao Alvorecer	Rua Dep. Ernesto Moro Redeschi, 21 – Moradias Rio Pequeno CEP 83085-620	3283-1515
CMEI Baú de Fantasia	Rua Miguel Jarek, 57 Quissisana CEP 83085-010 (conferido)	3382-2890
CMEI Bem-Te-Vi Crescer	Rua Marlene Veiga da Rosa, s/ nº- Jardim Carmen CEP 83090-190 (conferido)	3385-5214
CMEI Borda Viva	Rua Evelize Ap. ^a Rosseti Mendes, 200 – Borda do Campo CEP 83075-270	3385-4882
CMEI Caminhos da Serra	Rua Vereador AltivirStoco nº 57 Jardim Nemari	3382-2754
CMEI Cantiga de Roda	Rua Cap. Benjamim Ferreira Claudino, 1288 – Centro CEP 83805-390	3398-2587
CMEI Cantinho do Céu	Rua Deolinda Ricardina de Jesus, 150 – Jardim Triangulo CEP 83075-240	3385-8738
CMEI Cantinho Feliz	Rua Paulino Siqueira Cortes, 1979 – Centro CEP 83050-030	3382-6478
CMEI Comecinho de Vida	Rua Quirino Zagonel, 1260 – Jardim Itália CEP 83020-250	3385-1782
CMEI Criança Feliz	Rua Vicente Vahovicz, 286 – Jardim Ipê CEP 83055-230	3385-1293
CMEI Doce Aconchego	Rua Prudentópolis, 175 – Jardim Aviação CEP 83045-470	3383-8355
CMEI Flor-de-Lis	Rua Inezilda Rezende Ribeiro, nº513 – Colônia Rio Grande (Suzuki) CEP 83025-474	3283-3436
CMEI Galha Azul	Rua Padre Francisco Proft, s/n – Contenda CEP 83115-970	3634-2454
CMEI Ipê-Amarelo	Rua Heitor Moro, nº 229 – Costeira CEP 83015-718	3385-5179
CMEI Joana Razzotto de Castro	Rua Sebastião Leonildo Fontana, 44 – Jardim Pindorama CEP 83060-370	3385-1383
CMEI João-de-Barro Preto	Rua Antonio Molleta Filho, nº 2078 – Barro Preto CEP 83060-370	3587-1330
CMEI Júlia Pallú Zen	Rua De. Ernani de Almeida de Abreu, 368 – Conj. Res. Júpiter CEP 83045-010	3383-5223

CMEI Leone Décimo Dal Negro	Rua Prof. ^a Maria Lenita Duma, 635 – Jardim Blanco Pombo CEP 83060-200	3385-5778
CMEI Luiz Stocco	Rua Marina Coelho, 91 – Planta Nemari I (Borda do Campo) CEP 83075-295	3385-8173
CMEI Luiza PossebonTozzo	Rua Olívio Tozzo, 791 – Planta São Marcos CPE 83015-510	3382-3885
CMEI Mari Silva	Rua Godofredo Machado, 131 – Alfredo Lincoln (Afonso Pena) CEP 83065-170	3398-6776
CMEIs	ENDEREÇOS	FONE
CMEI Maria ScanhussoVidolim	Rua Pernambuco, 320 – Vila Glória (São Domingos) CEP 83030-380	3283-5696
CMEI Meu Tesouro	<i>Rua: General Catão Menna Barreto Monclaro nº 376 CEP: 83005510 Centro</i>	3383-1181
CMEI Nair Mafalda Zaniolo	Rua Sebastião Foggiatto, 21 – Vila Zaniolo CEP83025-540	3382-6740
CMEI O Meu Pé de Laranja Lima	Rua CassemiroGreboge, nº 181- Jardim Izaura CEP 83055-495	3382-3982
CMEI O Reino das Delícias	Alameda Bom Pastor, 451 – Barro Preto CEP 83015-140	3384-2698
CMEI Otília Teixeira Pinto	Rua Henrique Gonzaga de Souza Neto, 930 – Jardim Marambaia CEP 83060-460	3382-5666
CMEI Papa João Paulo II	Rua TarcílioZoelner, 750 – Cidade Jardim CEP 83035-030	3283-4140
CMEI Primavera	Rua dos Jasmins, 1018 – Jardim Primavera CEP 83052-290	3385-1374
CMEI Prof. ^a Irena Ayres Machado	Rua Miguel Haluch, 85 – Jardim Jurema CEP 83070-080	3384-5132
CMEI Prof. ^a Ivone NesterRavaglio	Rua Marechal Hermes, 1451 – Vila Iná CEP 83065-000	3282-5103
CMEI Prof. ^a Maria da P. S. Cortez	Rua Francisco Honório Claudino, 51 – Campo Largo CEP 83183-000	3382-3698
CMEI Quero-Quero Aprender	Rua Rubens Huergo, nº 250 – Santos Dumont CEP 83010-240	3283-5765
CMEI Recanto de Gente Miúda	Rua Dr. Murici, 3421 – Costeira CEP 83015-290	3283-5605
CMEI Sabiá-Laranjeira	Rua: Joana Percegon Zen nº 260 CEP 83075-310 Borda do Campo	3586-0984
CMEI Santa Maria de Los Angeles	Rua Valfrido Costa, 119 – Moradias Rio Pequeno CEP 83065-590	3282-6561
CMEI Santo Antonio	Rua Monteiro Lobato, 90 – Conjunto Guarani CEP 83025-460	3383-8241

CMEI Sementes do Amanhã	Rua João Fraga Neto, Bairro Guatupê nº4778 CEP 83060-540	3385-2299
CMEI Sossego da Mamãe	Rua Laura Lopes Latuf, 877 – Jardim Santos Dumont IV CEP 83010-350	3283-4193
CMEI Tio João	Rua Tereza Caetano de Lima, 1257 – Jardim Independência CEP 83050-130	3385-1491
CMEI Trilha das Araucárias	Rua OtctávioCim, nº 1291 Afonso Pena CEP 83050-520 Parque da Fonte	3283-3482
CMEI Vovó Rozária	Rua Guaporé, 156 – Jardim Aeroporto CEP 83010-610	3383-8239

APÊNDICE 10 - PROJETOS INSTITUCIONAIS DESENVOLVIDOS EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

COMUNIDADE LEITORA

Comunidade leitora é um dos projetos institucionais fomentado

Pela Secretaria Municipal de Educação de São José dos Pinhais, por meio do Departamento de Educação Infantil e direcionado pelo Instituto Avisa lá. Este projeto visa aproximara comunidade interna e externa, dos Centros Municipais de Educação Infantil, da cultura

Literária. Ao elaborar este projeto os CMEIs devem guiar-se pelos

Objetivos de: ampliar a parceria entre CMEI e famílias; incentivar as relações pessoais por meio da leitura literária em família; ampliar a cultura leitora local; criar um espaço de troca de saberes entre CMEI e comunidade; desenvolver o gosto pela leitura; criar espaços

De leitura para os profissionais; promover experiências de leitura literária para adultos; expandir conhecimentos sobre o manuseio,

Escolha, organização e incentivo à leitura como processo humanizado.

O projeto poderá ser desenvolvido com diferentes

Estratégias, tais como: a criação de sacolinhas literárias

Para leitura de livros em casa, organização de diferentes espaços

Que possibilitem momentos de leitura dentro dos CMEIS, saraus literários, empréstimos, entre outros. Com isto, os profissionais

Do CMEI, bem como a comunidade externa, podem apropriar-

Se de conhecimentos ligados à cultura literária, os tornar leitores, não só de livros, mas de mundo, de sociedade. Esse projeto está em fase de implantação, e, portanto, ainda passará por adequações, de acordo com a realidade de cada Unidade de Educação Infantil.

O hábito da leitura é algo que deve ser incentivado em nossas

Comunidades escolares, pois, os constantes avanços tecnológicos têm distanciado as pessoas das bibliotecas, da compra de livros, do hábito de ler, como diversão ou mesmo como momento de apropriação de novos saberes e vivências de mundo.

Durante a leitura descobrimos um mundo novo, cheio de coisas Desconhecidas. O hábito de ler deve ser estimulado na infância, Para que o indivíduo aprenda desde pequeno que ler é algo Importante e prazeroso, assim ele será um adulto culto, dinâmico e Perspicaz. Saber ler e compreender o que os outros dizem nos Difere dos animais irracionais, pois comer, beber e dormir até eles Sabem; é a leitura, no entanto, que proporciona a capacidade de Interpretação. Toda escola, particular ou pública, deve fornecer Uma educação de qualidade incentivando a leitura, pois dessa forma a população se torna mais informada e crítica (Eliene Percilia;

DO MEU NARIZ CUIDO EU

Durante o ano de 2014, os Centros Municipais de Educação Infantil de São José dos Pinhais desenvolveram o projeto institucional “Do Meu Nariz Cuido Eu devido à frequência no quadro de coriza entre as crianças de 0 a 5anos. O projeto consiste em ensinar a criança desde muito pequena a perceber que seu nariz está escorrendo, pois muitas vezes, crianças que frequentemente estão com gripe, resfriado ou alergia se acostumam com a coriza e não pedem para o adulto limpar ou não limpam o próprio nariz. Antes do projeto, o professor/educador limpava o nariz de todas as crianças, independentemente da idade.

Hoje, a partir de 2 anos e meio, são planejadas brincadeiras e técnicas para a criança aprender a “assoar” o nariz. Esse processo parece simples e fácil, mas, na verdade, enquanto que algumas crianças aprendem a assoar o nariz naturalmente e sem grandes explicações, outras precisam de um pouco mais de treino. Até 2 anos e meio, o professor/educador limpa o nariz da criança em frente ao espelho, já mostrando para ela como faz, pois, segundo Damaris Maranhão, “As crianças aprendem a cuidar de si ao serem cuidadas”

Todas as salas e alguns ambientes dos CMEIs foram equipadas com o “Cantinho do Nariz” que deve estar perto de um espelho, com papel já cortado para limpeza do nariz e álcool gel para higienização das mãos (quando não há torneira por perto), tudo na altura das crianças para que quando haja necessidade de assoar o nariz, elas mesmas façam isso. Com esse projeto, as crianças aprendem a cuidar

de si, construindo sua autonomia e as doenças infecciosas diminuem consideravelmente.

HORTA

Cultivar uma horta com crianças de Educação Infantil é fundamental para que elas tenham contato com alguns elementos da natureza, tais como: Terra, sementes, folhas e plantas. O Ministério da educação e Cultura através dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil tem salientado a importância desse

Trabalho com as crianças.

Os Centros Municipais de Educação Infantil de São José dos Pinhais, em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura e comunidade anualmente revitalizam os espaços de hortas para proporcionar às crianças o contato com a natureza. As hortas nos CMEIs trazem diversos benefícios. O contato e o cultivo de determinados vegetais e hortaliças permitirão às crianças perceberem as necessidades vitais do plantio e os cuidados que se deve ter no processo de crescimento e colheita desses alimentos, assim como o que a falta de cuidados acarreta na plantação. Além disso, na fase da colheita, as crianças são estimuladas a experimentarem legumes e verduras que elas mesmas plantaram contribuindo com uma alimentação saudável.

As hortas verticais ou cultivo em vasos são algumas alternativas para os CMEIs que não possuem um espaço grande para plantações.

LAVAGEM DAS MÃOS

Há uma preocupação muito grande com a saúde e bem-estar das crianças em instituições educacionais, principalmente na Educação Infantil porque é na fase de 0 a 5 anos que as crianças ficam mais doentes. O convívio em ambiente coletivo aumenta o risco de adquirir infecções.

A lavagem apropriada mãos é uma medida simples, mas eficaz e de muita importância para diminuir a disseminação de doenças, pois são a principal via de transmissão de microrganismos, por estarem em contato com tudo o que levamos à boca, olhos e cavidades. Partindo do princípio de que os hábitos de higiene são construídos na infância, os Centros Municipais de Educação Infantil de São José dos

Pinhais, desenvolvem com as crianças, equipe e comunidade projetos sobre a lavagem correta das mãos com água e sabão e também com álcool 70% em gel.

Sugere-se que o educador/professor, lave as mãos do bebê de até 1 ano depois das atividades externas e de artes e das trocas de fraldas, assim como, antes e depois das refeições, mesmo que não alimente-se sozinho. Com as crianças entre 1 e 3 anos é necessário criar o hábito de lavar as mãos e experimentar a sensação de usar o sabão líquido, a espuma e a água, sempre que usar o banheiro, na volta do parque, atividades de artes, antes e depois das refeições e depois de assoar o nariz. A partir de 3 anos e $\frac{1}{2}$, as crianças devem aprender a lavar as mãos seguindo os passos corretos nas mesmas situações acima.

Pesquisas comprovam que a correta lavagem das mãos diminui em 80% a transmissão de doenças nos CMEIs.

PROJETO AUTOSSERVIÇO

A alimentação é uma experiência muito intensa na vida humana, proporcionando às crianças um melhor conhecimento de mundo e de si mesmas. Alimentar-se não é apenas nutrir o corpo, é também inserir –sena cultura, reconhecer regras de convivência, exercitar a autonomia e reconhecer-se como um indivíduo que pertence a um grupo, construindo identidade.

A alimentação escolar não deve ser vista simplesmente como momento de comer, mas sim, como parte de um processo educativo e de desenvolvimento infantil. “Ao valorizar os momentos das refeições, os CMEI’s cumprem o importante papel na socialização das pessoas numa prática que o adulto provê e a criança usufrui.

Ter cuidados com a mesa, além de estimular a criança a comer mais e melhor, ajudam a construir um hábito social saudável e agregador como é a alimentação. Não basta dar comida, é importante também garantir o direito a um prato bonito, bem servido, saboroso e nutritivo, num espaço agradável onde se pode conversar com os amigos enquanto se alimenta. ”

Elza Corsi, Bióloga, Nutricionista e Especialista em Saúde Pública, formadora do Instituto Avisa-lá. Tendo em vista o exposto acima, os CMEIs de São José dos Pinhais estão repensando os espaços dos refeitórios a fim de que se tornem ambientes aconchegantes e agradáveis para as crianças. Ao mesmo tempo,

estão implantando o que chamamos de autosserviço (self service) para as crianças maiores. Dessa maneira, ao invés de receberem o prato já pronto, são estimuladas pelos educadores

A se servirem sozinhas, com todo o cuidado necessário.

APÊNDICE 11 – ORIENTAÇÕES CURRICULARES MUNICIPAIS

Curitiba, quinta-feira, 17 de novembro de 2016.

 **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS**
ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA N.º 51/2016, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016

A Secretária de Educação do município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,...

CONSIDERANDO a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9394/96 e as alterações dispostas pela Lei n.º 12796/2013;

CONSIDERANDO a Lei n.º 2585, de 23 de junho de 2015 a qual instituiu o Plano Municipal de Educação com vigência de 2015-2025:

Meta 1 - Estratégia 1.8 -- preservar as especificidades da Educação Infantil na organização da rede escolar, garantindo o atendimento da criança de 0 a 5 anos em unidades educacionais que atendam aos Parâmetros Nacionais de Qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando o ingresso do aluno de 6 anos de idade no Ensino Fundamental;

Meta 6 -- fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais. – Estratégia 6.25 -- elaborar coletivamente as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil.

CONSIDERANDO a Resolução 02/2015, do Conselho Municipal de Educação, a qual institui Normas e Princípios para a Educação Infantil;

RESOLVE:

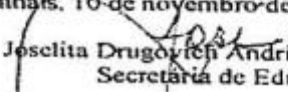
Art. 1.º - Instituir as Orientações Curriculares Municipais para a Educação Infantil, considerando os seguintes princípios:

- I - O percurso da Educação Infantil no Município.
- II - As diferentes infâncias.
- III - A gestão democrática e participativa.
- IV - O Currículo da Educação Infantil: tempos, espaços, experiências, articulando entre si as dimensões do cuidar e do educar e as interações e brincadeiras como eixo principal.
- V - A organização do trabalho pedagógico.
- VI - As experiências significativas na primeira infância: linguagem oral e escrita, conhecimento de si e do mundo, linguagens artísticas: linguagem corporal, artes visuais, linguagem musical, com os respectivos objetivos das aprendizagens.
- VII - Avaliação, entendida como processo de construção e apropriação das aprendizagens infantis, contemplando informações do desenvolvimento das crianças em todas as experiências significativas na primeira infância.

Art. 2.º A Secretária Municipal de Educação enviará o documento "Orientações Curriculares Municipais para a Educação Infantil" em arquivo digital, via e-mails a todas as Unidades de Educação Infantil, assim como, cópia impressa. O documento estará disponível no site da Prefeitura para ciência dos servidores.

Art. 3.º Esta Portaria entrará em vigor na data da publicação.

São José dos Pinhais, 10 de novembro de 2016.


Joselita Drugovich Andriguetto
Secretária de Educação

"Custo da Publicação: R\$ 125,12"

APÊNDICE 12

A criança é feita de cem.

A criança tem

Cem mãos

Cem pensamentos

Cem modos de pensar

De jogar e de falar

Cem sempre cem

Modos de escutar

De maravilhar e de amar.

Cem alegrias

Para cantar e compreender

Cem mundos

Para descobrir

Cem mundos

Para inventar

Cem mundos para sonhar.

A criança tem

Cem linguagens

E depois

Cem, cem, cem.

Mas roubaram-lhe

Noventa e nove

A escola e a cultura

Lhe separam

A cabeça do Corpo Dizem-lhe:

De pensar sem as mãos

De fazer sem a cabeça

De escutar e de não falar.

De compreender sem alegrias

De amar e de maravilhar-se

Só na Páscoa e no Natal
Dizem-lhe:
De descobrir um pouco
Que já existe
E de cem
Roubaram-lhe
Noventa e nove
Dizem-lhe
Que o jogo
E o trabalho
A realidade e a fantasia
A ciência e a imaginação
O céu e a terra
A razão e o sonho
São coisas que não estão juntas.
Dizem-lhe enfim:
Que as cem não existem.
A criança diz:
Ao contrário, as cem existem.

(“ Ao contrário, as cem existem” de Malaguzzi)

APÊNDICE 12

Todas as pessoas grandes foram um dia
crianças...Mas poucas se lembram disso.

(Antoine de Saint Exupéry)



As Pessoas mais velhas
Não conseguem entender nada por si só
E é muito chato para as crianças que têm que dar
explicações repetidas vezes.

(Antoine de Saint Exupéry)